

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

ANO XXVI — N.º 79

QUARTA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 1971

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

ATA DA 89.ª SESSÃO  
EM 27 DE JULHO DE 19711.ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 7.ª LegislaturaPRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO  
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos,  
acham-se presentes os Srs. Sena-  
dores:

Adalberto Sena — Flávio Brito  
— José Lindoso — José Esteves  
— Cattete Pinheiro — Milton  
Trindade — Renato Franco —  
Alexandre Costa — Clodomir Mil-  
let — Fausto Castello-Branco —  
Petrônio Portella — Helvídio  
Nunes — Waldemar Alcântara —  
— Duarte Filho — Ruy Carneiro  
— Wilson Campos — Teotônio  
Vilela — Lourival Baptista — An-  
tônio Fernandes — Heitor Dias —  
Ruy Santos — Carlos Lindenberg  
— Eurico Rezende — Paulo Tórres  
— Danton Jobim — Nelson Car-  
neiro — Magalhães Pinto — Car-  
valho Pinto — Franco Montoro —  
Benedito Ferreira — Fernando  
Corrêa — Filinto Müller — Salda-  
nha Derzi — Accioly Filho — Ney  
Braga — Antônio Carlos — Celso  
Ramos — Daniel Krieger — Gui-  
do Mondin — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Por-  
tella)** — A lista de presença acusa o  
comparecimento de 40 Srs. Senadores.  
Havendo número regimental, declaro  
aberta a Sessão.

Não há expediente a ser lido.

Pela Liderança, por delegação do  
ilustre Líder do MDB, concedo a pala-  
vra ao nobre Senador Adalberto Sena.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Senhor  
Presidente e Senhores Senadores, co-  
mo é do conhecimento da Casa, na  
antepenúltima semana, novamente  
reuniu-se, desta vez em Santiago do  
Chile, o Parlamento Latino-America-  
no, em sessões preparatórias da sua  
próxima Assembléia ordinária, a ser  
realizada em Caracas no próximo mês  
de agosto.

Cerca de quarenta parlamentares  
de oito países, inclusive o nosso, ali  
se congregarão para debater novos  
temas e exteriorizar novos sentimen-  
tos, revigorando os ideais de solida-  
riedade e de integração entre os po-  
vos latino-americanos, já solenemen-  
te afiançados nos encontros que se  
vêm promovendo, anualmente, desde  
a instituição desse organismo interna-  
cional na capital peruana, em 1964.

Os trabalhos foram inaugurados, na  
sala das sessões da Câmara dos Depu-  
tados, das 12 às 14 horas do dia 5 do  
corrente, ou seja, no dia seguinte ao  
em que se comemorou o aniversário  
da instalação do Congresso do Chile,  
ocorrido há 160 anos, antes mesmo,  
para maior glória dos chilenos, de  
ser declarada a sua total emancipa-  
ção do domínio espanhol.

Na solenidade, duas orações se de-  
tacaram entre outros pronunciamen-  
tos: a do Presidente do Senado do  
Chile, Sr. Patricio Aylwin, que expre-  
sou as boas vindas às delegações e,  
referindo-se à necessidade da inte-  
gração econômica e política dos po-  
vos do continente, ressaltou como "in-  
substituível o papel dos Parla-  
mentos no atual processo de mudanças em  
que vive a América Latina", e a do  
Senador venezuelano Jorge Dager, o  
qual deu ênfase à sua afirmação de  
que "a luta do Parlamento Latino-  
Americano não é destinada apenas à  
integração, senão também à manu-  
tenção de governos populares, atra-

vés do fortalecimento da atividade e  
da função parlamentar".

Desta vez, ali funcionaram separa-  
damente duas comissões: a de Inte-  
gração Econômica e a de Integração  
Política, ficando a delegação brasilei-  
ra assim distribuída: na primeira, o  
Senador Arnon de Mello e os Depu-  
tados Pacheco Chaves e Delson Sca-  
rano, e, na outra, os Deputados Ge-  
raldo Guedes e Oceano Carleial, além  
de o orador que ora ocupa a tribuna.

**O Sr. Ruy Santos** — V. Ex.ª me  
permite um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA** — Com  
todo prazer.

**O Sr. Ruy Santos** — Quero congra-  
tular-me com V. Ex.ª por essa espé-  
cie de prestação de contas que faz ao  
Senado, da delegação que recebeu, pa-  
ra participar desta reunião interpar-  
lamentar na América. Sempre defen-  
di a tese de que todos os representa-  
tes, tanto na Câmara como no Senado,  
têm o dever de, ao retornar, prestar  
contas à Casa do que se passou e de  
como agiu, a serviço da cultura poli-  
tica da terra que representa, no caso,  
o Brasil.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Muito  
obrigado a V. Ex.ª por me reconhecer  
esta condição nas palavras que ora  
pronuncio. Realmente, julguei do meu  
dever fazer essa prestação de contas,  
mesmo porque, como V. Ex.ªs verão,  
ela envolve problemas de grande  
atualidade para o nosso País.

Numa e noutra, as atividades pro-  
longaram-se, em duas sessões diárias,  
até o dia 7, sempre animadas de vi-  
vos debates.

Na tarde desse mesmo dia, reali-  
zou-se a sessão conjunta das comis-  
sões, ponto mais alto do conclave.  
Ali, com efeito, foi submetida à deli-

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ARNALDO GOMES

SUPERINTENDENTE

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI

Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
 Ano ..... Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
 Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

beração final toda a matéria que as comissões aprovaram, além de moções e indicações que surgiram no transcurso da reunião.

Esta sessão foi presidida, de fato, pelo Vice-Presidente, Senador Arnon de Mello, de nossa delegação, embora o Presidente escolhido tivesse sido o Senador chileno Tomás Reys. Foram aprovadas propostas das duas comissões, as quais serão examinadas em agosto, na reunião de Caracas. Quanto, porém, a um Projeto de Tratado, ficou acertado que a matéria constante de seu art. 131, seria objeto de deliberação da próxima Assembléia Plenária do Parlamento Latino-Americano. Também foram aprovadas as seguintes indicações:

a) da Nicarágua, outorgando ao Departamento Técnico de Integração do PLA, o caráter de organismo técnico de apoio e de consulta dos parlamentares nacionais dos países membros;

b) da Venezuela, exprimindo a satisfação do PLA pelas medidas que devolvem a soberania do povo argentino, através de eleições;

c) do Chile, exortando todas as nações ao livre exercício dos Parlamentos;

d) do Brasil e Colômbia, apelando ao Congresso dos EUA para que se modifique o tratamento aos países cafeicultores, evitando atos de agressão econômica;

e) do Chile, libertando todas as matérias-primas dos países latino-americanos, da tutela imperialista;

f) da Venezuela, dando apoio ao Parlamento Venezuelano, pelas medidas que vem tomando a favor do seu desenvolvimento econômico independente.

### COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO POLÍTICA

Por força de tal subdivisão dos trabalhos, o depoimento, que ora me cabe, terá de limitar-se aos da comissão da qual participei, ainda porque, a respeito dos da outra, em breve vos falará, com a sua acuidade de observador e de estudioso, o ilustre Senador Arnon de Mello.

De início, tivemos de lamentar que somente oito, dentre as nações latino-americanas, pudessem enviar delegados àquela reunião. A presença ali verificada, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Nicarágua, de El Salvador, do Uruguai e da Venezuela, mal atenuou o nosso desencanto ante a ausência de representações de outros países, em número quase equivalente, e já filiados ao movimento de integração, seja em razão de recessos dos respectivos parlamentos, seja por outros motivos que desconhecemos ou não chegamos a bem compreender.

Contrabalançando, porém, — e com vantagens — esta única impressão negativa, a reunião ofereceu resultados dos mais promissores, trazendo novas e valiosas contribuições ao acervo de deliberações de alto nível e real interesse continental consagradas nas anteriores.

Na Comissão de Integração Política, os trabalhos se iniciaram pelas escolhas do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator que recaíram, respectivamente, no Senador chileno Tomás Reys, na Deputada colombiana Senhorría Gabriela Zuleta e no Deputado Júlio Adolfo Rey Prendes, de El Salvador, sendo os dois primeiros indicados pela delegação da Colômbia e o último pela da Nicarágua.

O tema fundamental, senão o único essencialmente ali debatido, foi o do estudo sobre a "Instituição Parlamentar na América Latina: Realidades e Perspectivas", de cuja apresentação fora incumbido, na reunião precedente de Bogotá, o Senador chileno Tomás Pablo, do Partido Demócrata Cristão.

Esse estudo, que é longo, eu o poderia, talvez, oferecer em anexo a este discurso, a título de subsídio para os que particularmente se interessarem pela sua leitura. Por dois motivos, preferi, no entanto, lê-lo ou resumir-lo nos pontos substanciais. De um lado porque, tendo ele, monopolizado as discussões, na quase totalidade de tempo das sessões, não me pareça bem omiti-lo no conteúdo de um relatório que, por seu caráter, não haveria de reduzir-se a simples ata ou resenha dos trabalhos. Ademais — e eis aí a principal razão — por se tratar de análise de questões de palpitante atualidade entre nós, ora interessados na assim chamada reforma do Poder Legislativo.

Começou o ilustre parlamentar por reconhecer os obstáculos que se antepuseram à elaboração do seu trabalho.

Para abordar o tema — disse ele — tropecei em muitas dificuldades, a primeira das quais "foi não ter encontrado estudos sistemáticos sobre a realidade em que se desenvolve a atividade parlamentar na América Latina". De modo geral, só estiveram ao seu alcance apreciações vindas de fora do continente; e justamente por isto, já insinuava a possibilidade de um voto no sentido de que o Parlamento Latino-Americano venha a dispor de recursos próprios, seja com a ajuda de

alguma organização internacional ou a colaboração das universidades, seja mediante a constituição de um grupo de técnicos que estude a realidade parlamentar nas distintas nações, em função da eficácia desejada para a nossa atuação. Esses cientistas políticos poderiam empreender um estudo cabal de um tema de tanta relevância e em face do qual o que estava submetendo à nossa consideração, não poderia ser encarado senão como uma introdução ou convite ao diálogo.

Todavia, superando esta e outras dificuldades, entre as quais as diferenças das realidades parlamentares de cada país, restava-lhe a crença de que, neste momento, existe algo que nos une mais ou menos intensamente; é o desejo generalizado no continente, de uma mudança das estruturas onde se apoia a vida das nossas nações.

Não se quer mais a imensa distância social existente no seio de nossos povos "onde poucos possuem muito e muitos nada têm; não se quer desigualdade de oportunidades para se alcançar o saber, a cultura e as possibilidades de trabalho pelos distintos homens de cada país", não se quer a concentração da terra em poucas mãos, havendo tantos que nela trabalham e a podem fecundar investidos na sua posse; não se quer o monopólio na atividade industrial, nem a falta de participação na condução das empresas, dos respectivos obreiros os quais, em alguma medida, também querem decidir quanto à sorte do seu próprio trabalho, para usufruir benefícios maiores dos que os dos estipêndios que lhes são pagos; não se quer, por fim, um mundo — disse ele — no qual alguns setores permanecem de todo marginalizado.

E diante do que "não se quer", o que se quer, o que se deseja é "uma participação geral de todos os que integram a comunidade política, para se beneficiarem da cultura, do bem-estar e do poder".

Estabelecendo paralelo entre as condições sociais nos séculos XIX e XX, conclui, citando Toynbee, que a característica dos tempos atuais é precisamente esse afã de elevar o homem comum, essa urgência que cada vez mais impõe ao Estado o dever de promover tal elevação, naqueles termos de justiça social. Disso decorre necessariamente a participação do Parlamento nos processos de mudança.

Nessa participação, é preciso que ele também mude para tornar-se mais eficaz e dinâmico.

Para essa mudança, para essa transformação, em termos de eficiência, o primeiro problema a se considerar é o da forma pela qual iremos incorporar o regime que garanta as liberdades num sistema real-

mente eficiente para a construção de uma nova sociedade capaz de possibilitar a paz social.

O Senador Tomás Pablo inicia a análise de tal problema descrevendo a presente situação do Parlamento na América Latina. Nesta, há seis países que não o têm: Cuba, Panamá, Argentina, Bolívia, Peru e Equador. Na maioria dos restantes, todos organizados conforme o esquema da democracia representativa, os parlamentos têm exercido, em muitos casos, um papel meramente formal dentro de regimes em que aquela nem sempre tem, de fato, imperado. Como regra geral, pode-se comprovar que o Parlamento é uma instituição sem poder, sem imagem pública, sem força política e sem prestígio suficientes, tudo isto em consequência de uma crise institucional, de uma crise política e de uma crise técnica.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Ex.<sup>a</sup> não imagina a satisfação com que todos nós estamos ouvindo o magnífico relatório que apresenta à Casa, como integrante da delegação do Senado. Para nós, democratas, é uma alegria vermos que a América Latina está começando a agrupar, novamente, os seus elementos democratas representando os Parlamentos. V. Ex.<sup>a</sup> fez a citação de países que, infelizmente, ainda não têm representação, não têm seu Congresso aberto.

O SR. ADALBERTO SENA — Muitos deles já têm representação, mas justamente em virtude do recesso em que se encontram seus Congressos não puderam, neste momento, enviar representantes.

O Sr. Ruy Carneiro — Graças a Deus, pudemos fazê-lo. O Brasil mandou a sua Delegação e V. Ex.<sup>a</sup> está prestando contas da ação desenvolvida pelos representantes do Senado brasileiro na conferência a que V. Ex.<sup>a</sup> compareceu. Minhas congratulações à nossa representação e ao Senado Federal, pela ação desenvolvida naquela conferência.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Continuando, Sr. Presidente e Srs. Senadores:

#### A CRISE POLÍTICA

A crise política patenteia-se, nesses países, mais como situação de fato do que de direito ou doutrina. As constituições latino-americanas consagram, sem exceção, o regime democrático representativo de governo e, dentro dele, outorga ao Parlamen-

to uma função relevante, própria da concepção demo-liberal. Nesse esquema, a razão pela qual os governados obedecem a seus governantes reside no que Burdeau denomina "institucionalização do poder político". O poder do Estado é o poder do direito, e a expressão quase exclusiva do direito é a Lei. Se o autor e o artífice da lei é o Parlamento, a soma do poder político e o predomínio na ação de governo correspondem ao Parlamento, enquanto reconhecido como legislador.

Na prática, porém, os regimes políticos latino-americanos se caracterizam pela imposição e aceitação de um "hiperpresidencialismo" que converte o Poder Executivo no principal autor da lei e em um governante virtualmente isento de responsabilidade em face dos governados. Assim, o Parlamento tem pouca iniciativa em matéria legislativa, sendo a maior parte do que ele aprova promovida pela Presidência da República (tendência que, aliás, se observa em outros continentes) e, por outro lado, não fiscaliza eficientemente porque os seus mecanismos de controle e as faculdades de inquirir são notoriamente deficientes.

A profundidade e sentido desta crise política pode ser apreendida facilmente. O Parlamento, na generalidade dos casos, aparece perante os governados como um simples apêndice do Poder Executivo e, em muitas ocasiões, como obstáculo ao cumprimento de determinadas políticas. Para tal resultado concorrem numerosos fatores de ordem sociológica e política, que se poderiam resumir dizendo que o Parlamento carece de homogeneidade e de representatividade.

Com efeito, enquanto, durante o século passado e as primeiras décadas do atual, o Parlamento representava um setor social predominante, ou seja, o único em condições de exercer o poder político, e era dotado, em larga medida, de unidade de pensamento e ação em face dos problemas econômicos e sociais, nas últimas décadas, os setores que têm ascendido ao Parlamento são bastante variados na sua índole e se movem por força de interesses materiais distintos e conforme ideologias contraditórias.

O processo de democratização do governo teve, como uma das suas características, a ingerência na coisa pública de setores outrora marginalizados — fato que tem levado a conviverem, no seio da assembléia legislativa, grupos políticos que têm, cada um, como principal objetivo, liquidar o grupo político contrário e o setor de interesses que este representa.

Nestas condições, a antiga homogeneidade, o antigo espírito de corpo ou

unidade do Parlamento ante muitos dos problemas que hoje nos inquietam, tem sido substituído por uma situação de conflito permanente, de combate político diário e de divergência de critérios que transforma o seu trabalho em uma situação transaccional cotidiana.

A esta falta de homogeneidade soma-se, em muitos casos, a falta de representatividade. Muitos sistemas eleitorais e modalidades dos colégios eleitorais apresentam aspectos que, unidos a outros vícios generalizados, tiram amplitude e sinceridade à manifestação da vontade dos eleitores.

A propósito, observa o ilustre parlamentar, a influência, no mesmo sentido, do pluripartidarismo vigente em muitas nações. Pode comprovar-se uma tendência para revigorar os Partidos políticos e para assentar, na sua ação organizada, o próprio sistema eleitoral; e a tal ponto que o Partido se afigura ao eleitor como uma nova e mera imposição do sistema e assim continuará sendo até que os Partidos venham a ter uma clara definição ideológica e deixem de representar simples grupos, ao invés de amplos setores da sociedade.

Na medida em que, no campo de batalha constituído pelo Parlamento, continuam como protagonistas os Partidos políticos, são estes também estigmatizados juntamente com a instituição parlamentar.

Daí, se afigura o Congresso como uma arena de conflitos "cuja função terapêutica nem sempre é bem entendida, nem aceita". E embora o conflito de idéias seja apanágio e uma das condições da subsistência do regime democrático, entendido no seu sentido pluralista, vê-se que "para o cidadão comum, em geral não ideologizado, e para certos setores políticos que buscam formas de governo denominadas de "centralismo democrático", essas relações conflituosas não produzem outro resultado senão o de esterilizar a ação do governo, protegendo ou desnaturalizando, na sua tramitação no Parlamento, as medidas governamentais, sobretudo, as referentes aos grandes problemas econômico-sociais.

Portanto, "falta de homogeneidade, escassa representativa, relação interna conflituosa e intranscendência do trabalho que muitas vezes se lhes impõe — traços característicos de muitos parlamentos na América Latina — formam a mais débil base imaginável para exercer o poder político e para opô-lo aos restantes órgãos do poder do Estado". Esta é, Senhores Senadores, segundo o Senador Tomás Pablo, a dimensão da crise política do Parlamento.

**O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. ADALBERTO SENA —** Com prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO —** V. Ex.<sup>a</sup> quis ilustrar a sua exposição com uma síntese do trabalho realmente notável do Senador Tomás Pablo, que teve a honra de presidir o Senado chileno, Membro destacado do Partido Democrata Cristão, e que constitui uma contribuição valiosa neste momento em que o Senado se reúne para estudar as medidas capazes de fortalecer o processo legislativo. Além da contribuição valiosa que a presença de V. Ex.<sup>a</sup> trouxe aos debates travados em Santiago, achou V. Ex.<sup>a</sup> de incorporar ao seu discurso, em síntese, a brilhante contribuição do Senador Tomás Pablo, por tantos motivos ligado ao nosso País e uma das figuras exponenciais, desde o primeiro momento, do parlamento latino-americano.

**O SR. ADALBERTO SENA —** Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

#### A CRISE INSTITUCIONAL

Se, como se viu, a crise política é uma "crise de poder", essa outra — a institucional — é uma "crise de função". Passando a considerá-la, parte o autor de mais larga conceituação das funções do Congresso. Não se cingem estas à criação da lei e à fiscalização dos atos governamentais. Aos parlamentos cabe, também, "decidir em política e sobre atos substantiais do Governo, e ainda mais, atuar como o grande gerador da opinião pública acerca dos grandes problemas nacionais e regionais" (esqueceu, diria eu, de incluir os internacionais).

No tocante à função legislativa, reconhece, dentro do panorama latino-americano, que, na criação da lei, a iniciativa do Poder Executivo supera a do Legislativo, não obstante ter-se instituído este como "Poder Legislador". Mas não deixa de reconhecer, também, que tal circunstância não é exclusiva da América Latina e, a propósito, cita conclusões de dois estudos do assunto: a de Maurice Deuvergeir, quando assinalou o fato de que apenas 10% das leis votadas pelo Congresso inglês partiram de iniciativas parlamentares, e a de Challenger que, em sua obra sobre o Parlamento, calculou de 8 a 15 a percentagem das leis provenientes de tais iniciativas.

Isso se explicaria por simplíssima razão. É que, na formulação dos projetos de alta relevância (não dos de importância secundária), os governos acionam grandes equipes de técnicos em economia, direito, sociologia e outros especialistas, enquanto os parlamentos carecem de tais recursos e mesmo de assessoria adequada para enfrentar os problemas regionais.

Via de regra, o Poder Legislativo trabalha na base de dados fornecidos

pelo Executivo, dados estes muitas vezes elaborados em função dos interesses do Governo e, não raro, por funcionários de categoria inferior. Sob outro ângulo, tem sido freqüente, nos países do continente, a instituição da delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, e a norma, embora constitucionalmente não adotada nesse ou naquele país, acabou, em alguns, por legitimar-se, seja pela influência do precedente de tal instituição em outros, seja por via de jurisprudência firmada nos tribunais.

**O Sr. Ruy Santos —** Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA —** Com muito prazer.

**O Sr. Ruy Santos —** O que V. Ex.<sup>a</sup> diz, a condição em que atua o Executivo sobre o Legislativo, é perfeito. Um dos conferencistas em seminário da Universidade de Brasília, promovido por Bilac Pinto, um americano, declarou mesmo que o Legislativo Americano só passou a funcionar quase de igual para igual com o Executivo quando criou uma assessoria capaz de ajudá-la nos trabalhos. E este deve ser, e acredito que será, o esforço nosso na Comissão presidida pelo Senador Carvalho Pinto, que está procurando dinamizar e desenvolver melhor o trabalho do Senado.

**O SR. ADALBERTO SENA —** Este aliás, um dos aspectos da seriedade com que o Senador Tomás Pablo elaborou esse trabalho. É notável a sua preocupação nesse sentido.

**O Sr. Guido Mondin —** Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA —** Pois não.

**O Sr. Guido Mondin —** Eu não gostaria de deixar passar a oportunidade para lembrar o critério alemão a esse respeito. Visitei, em Bonn, uma das academias políticas e sei que tanto o Executivo como o Legislativo vão buscar subsídios, vão procurar estudo de projetos e até elementos do *Bundestag*, no Parlamento Alemão, vão à Academia e lá, em estudos que se prolongam por dias, se abastecem dos elementos necessários aos seus pareceres, para a elaboração das suas leis. É uma modalidade que eu diria assim intermediária entre aquela de o próprio Parlamento ter a sua assessoria perfeita e esta outra de só o Executivo ter uma assessoria. Então, encontra o Parlamento Alemão este meio termo, com o qual vem elaborando as suas leis.

**O SR. ADALBERTO SENA —** Aliás, o Senador Tomás Pablo se referiu a uma conversa que ele teve com um parlamentar alemão e assinalou, não nestes termos, mas em outros, esta diferença que existiria entre o funcionamento na América Latina e na Alemanha. É muito interessante isto, porque se verifica que não é somente

na área do Executivo que os Parla-mentos devem buscar subsídios, mas também na própria área da sociedade, coisa que é mais fácil nos países muito desenvolvidos do que naqueles da América Latina.

Então, dizia eu: dessa forma, consagrou-se, por imitação de modelos europeus, "nova modalidade institucional para o exercício da função legislativa, o que diminuiu ao máximo a participação que nela competia ao Parlamento. E, gradulmente, foi este perdendo a significação tradicional de que se revestia dentro do regime democrático representativo, para passar à condição de mero coadjuvante do trabalho que, nesse terreno, cumpre hoje primordialmente à Presidência da República."

Ademais, tem-se pôsto em dúvida a própria significação nacional do Parlamento, na medida em que, por falta de integração nacional, os nossos países se apresentam divididos por ideologias, setores ou classes, e organizados em partidos políticos. Através dos parlamentos "não se expressa bem a vontade nacional, a não ser que aceitemos por tal a vontade majoritária dos partidos, circunstância esta que nos obriga a um novo enfoque do papel que, nesse sentido, devem desempenhar os corpos legislativos". Em suma, institucionalmente não se pensa hoje no Parlamento como um "órgão tipicamente legislador, mas, preferencialmente, como um centro de debate político".

**O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.<sup>a</sup>** permite-me um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA —** Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Benedito Ferreira —** Nobre Senador Adalberto Sena, venho acompanhando, com muita atenção, o que V. Ex.<sup>a</sup> vem desenvolvendo, sobre o que se passou no congresso de onde V. Ex.<sup>a</sup> acaba de regressar. No caso brasileiro, especificamente, o assunto me interessa desde a Câmara dos Deputados, onde, externando as minhas preocupações quanto à distorção da imagem do Poder Legislativo junto ao povo brasileiro, tive a oportunidade de apresentar um projeto de resolução para a criação da *Revista do Congresso Nacional*, revista esta que iria levar ao povo brasileiro, principalmente aos órgãos classistas, aos grêmios estudantis, aos sindicatos, bibliotecas, de um modo geral àquela área onde não chega o *Diário do Congresso* nem a imprensa comum consegue chegar tudo aquilo que é feito no Parlamento especialmente o que se faz nas comissões técnicas. Tentel, já àquela época, como noviço, como neófito, no Parlamento, chamar a atenção dos meus Pares na Câmara dos Deputados, para essa imagem distorcida, negativa que chega lá fora, a ponto de sentirmos, posteriormente, quando do recesso do Congresso Bra-

sileiro decretado pelo AI 5, total distorção do Congresso Brasileiro junto ao nosso povo. Houve, de certa forma, pelo menos, superficialmente uma certa euforia por parte de uma parcela ponderável do povo brasileiro, por sentir a nossa inutilidade, face à distorção da nossa imagem que chega junto à população brasileira. Vê V. Ex.<sup>a</sup> que, sem dúvida nenhuma há uma série de providências que devem ser tomadas, no sentido de nos fortalecer, de nos dar melhor assessoria, de nos dar melhores meios, para melhor legislarmos, para acompanharmos a dinâmica do mundo atual e, de modo especial, do Brasil. Continuo insistindo que o grande mal, o grande adversário nosso é inegavelmente essa projeção negativa, essa falta de publicidade. Vejamos o exemplo da América do Norte. Lá existe, no Congresso norte-americano, um setor para fiscalizar se a publicidade do Executivo está maior do que aquela que é dada ao Poder Legislativo, a fim de que, promovendo o equilíbrio, o povo norte-americano se capacite, globalmente, daquilo que vem sendo feito pelos seus representantes no Congresso. Acredito que o legislador brasileiro, patrioticamente, se dotado desses meios, se dotado desse instrumental, especialmente se conseguir através de uma boa divulgação inspirar nos seus representantes essa confiança que sentimos que nos últimos tempos vem diminuindo, como que desaparecendo em relação ao Congresso estará dando um grande passo para fortalecer o Poder Legislativo e — por que não dizer — a nossa democracia. Eram essas as considerações que queria trazer ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. ADALBERTO SENA —** As considerações de V. Ex.<sup>a</sup> se ajustam como uma luva àquelas idéias pelas quais propugnei o autor deste trabalho que estou comentando, quando estudou as chamadas crises técnicas do parlamento, como veremos depois.

(Retomando a leitura.)

Com base nessas idéias, o desenvolvimento da tese aborda a análise da função fiscalizadora. Como órgão genuinamente representativo dos partidos e outros setores da opinião pública e como centro onde a oposição política encontra o seu meio natural de atuação, o Parlamento tem a missão de fiscalizar tanto a juridicidade quanto o mérito das atividades do Executivo. Se, legislando, ele deverá contribuir para a eficácia da ação do governo, fiscalizando, deve acautelar a liberdade, a segurança jurídica e a convivência democrática.

Não obstante, é de se reconhecer que, a maioria dos nossos países carece de meios jurídicos e de força política para essa fiscalização. E esta nova disfuncionalidade ainda se grava pelo fato de a crítica política raramente ser compreendida, no seu sentido e no seu alcance, pela opinião

pública, a qual, sob a influência de conceitos anacrônicos e da falta de informação adequada, estou citando, se acostuma a acoiar o Parlamento que fiscaliza, de mero ator de atitudes "polítiquesiras".

Outro aspecto da crise institucional ali considerado foi, como se viu, a falta de participação do Legislativo "nas decisões sobre políticas substantivas".

Tal feição particularizou-se na sua gravidade, em vista das condições em que a planificação vem aflorando, em nosso continente, como método de ação de governo. Em geral só o Poder Executivo promove o planejamento da economia; e, embora os respectivos estudos sejam, muitas vezes, confiados a funcionários não suficientemente categorizados, cuida-se de impor os seus resultados, como critérios, ao Poder Legislativo.

A consequência é, pois, que assim não intervindo na fixação das metas, os parlamentares, por sua vez, não se sentem comprometidos nas decisões do Poder planificador e, não raro, tomam iniciativas de leis que se chocam com o planejamento governamental, ou, pelo menos, com este não se coadunam na consideração das prioridades.

#### A CRISE TÉCNICA

No discurso elucidativo do seu trabalho, pronunciado na primeira reunião da Comissão de Integração Política, eis como o Senador Tomás Pablo se referiu a essa crise:

"Em verdade, é bem difícil estabelecer técnicas adequadas para todos os países e em todas as latitudes. Não obstante, quisera chamar a atenção para alguns aspectos mais superficiais. O trabalho que tive de empreender não aborda profundamente o problema e recomendo que a sua elaboração seja confiada a técnicos.

Em primeiro lugar, ressalta a conveniência de mudar opiniões quanto ao número de membros das assembléias legislativas, a fim de que os seus debates se tornem produtivos.

A meu juízo, a fórmula chilena é satisfatória. Mas é evidente que se não pode estabelecer como norma geral, a de um país de dez milhões de habitantes e aplicá-la a um de cem milhões, como creio que tenha o Brasil."

É muito difícil manejar uma assembléia de 400 Deputados.

Neste ponto tive que dar um aparte, retificando para 310, como existe no Brasil.

"Parece-me que na Colômbia a Assembléia tenha 200 representantes, mas foi reduzida à metade.

De fato, quando são muitos os congressistas, a Assembléia é de difficilimo manejo. Neste sentido, cabe a possibilidade de diálogo no que tange às menos numerosas. Reconheço não ser equiparáveis a representatividade de dez milhões de habitantes e a de cem milhões. Mas o problema básico é que o manejo da Assembléia seja eficiente e produtivo o debate e, realmente, quando é muito grande o número dos que dele participam, muitas vezes perdem em importância as suas apreciações.

Em segundo lugar, está em cogitação a conveniência de que o regime seja bicameral ou unicameral. Há na América países de regime unicameral: El Salvador, Guatemala, Honduras, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, Haiti também o teve, pelo menos o tem ou o tem tido. No meu trabalho, ressalvei em erro: o Paraguai tem regime bicameral."

Assim como também cometeu erro em relação à Nicarágua, que tem regime bicameral. No trabalho escrito, ele tinha citado o Paraguai como de regime bicameral e, quando do discurso, fez a retificação. Como o vêem, são dois erros.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — (Soa a campainha.) — A Presidência lembra a V. Ex.<sup>a</sup> que seu tempo está a terminar.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Sr. Presidente, vou continuar a leitura, até terminar a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>

"O mais generalizado, porém, em nosso continente, tem sido o regime bicameral. Suscitaram-se amplas discussões em torno do problema das Câmaras, porque não é um problema moderno. O sistema unicameral surgiu, no Direito Constitucional, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial. Entre as duas guerras teve grande difusão e boa acolhida em algumas partes. Depois, como constitucional tem prevalecido o bicameral. No meu modo de ver, não é fácil uniformizar critérios a tal respeito, pois onde existe regime federativo é evidente e claro que a Federação adquiere unidade precisamente por meio do Senado, o que não ocorre em nossos países.

Razões há que induzem a andar mais rapidamente na tramitação das leis, mas não se deve esquecer que a rapidez é inimiga da profundidade dos debates.

Por outra parte, creio que valeria a pena o regime dar ênfase a uma referência ao regime de incompatibilidades da função parlamentar, tanto em face da Administração Pública, para que os con-

gressistas tenham independência, como, em relação aos interesses privados, pois não há dúvida de que, numa mudança de estruturas, a independência para poder julgar, deve ser clara. Disso decorre, aliás, necessidade de os parlamentares terem uma remuneração adequada, honorários convenientes, os quais, sem constituírem fonte de lucros indevidos, permitam ao homem médio em geral dispor de uma base de subsídios capaz de satisfazer às suas necessidades. Muitos são os que não chegam ao Parlamento, não porque lhes faltem condições para isto, senão substancialmente, porque estão impedidos de abandonar suas tarefas habituais.

Também deve o Parlamento ter continuidade em seu trabalho legislativo. Em muitas partes da América Latina têm-se criado comissões permanentes que são as que realmente realizam o trabalho, pois as legislaturas são demasiadamente curtas. E isto tem gerado algures uma espécie de "diletantismo" parlamentar que, em minha opinião, não convém incentivar.

É fundamental, assim mesmo, que o Parlamento disponha de informação substantiva e de assessoria adequada. Eu gostaria de oferecer a esta Comissão, se o tomar por bem, o que a Diretoria de Informação do Senado do Chile poderá informar quanto à maneira pela qual realiza os seus trabalhos. Temos avançado um pouco nessa matéria. Não temos chegado em absoluto ao *desideratum* nem às metas finais, mas, como em outras partes não encontramos semelhante sistema, talvez pudesse interessar a alguns Senhores Delegados conhecer a experiência chilena, que estamos aperfeiçoando.

É ainda fundamental, como disse, a assessoria técnica, sobretudo se tivermos presente que os grupos sociais emergentes enviam ao Parlamento, como seus representantes, elementos sem a necessária experiência. Na realidade, o Congresso não pode ser um hemisfério de professores universitários, de gente que tenha cursado altos estudos. E, para lutar eficazmente em defesa dos interesses dos setores que representam, muitos parlamentares, sem excetuar os de alta consciência política, necessitam de assessoria pertinente."

**O Sr. Antônio Carlos** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA** — Com muita honra.

**O Sr. Antônio Carlos** — Antes que V. Ex.<sup>a</sup> conclua o brilhante discurso

que está proferindo, desejo congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> e a Casa, pela iniciativa que adotou, de trazer ao Plenário do Senado um relatório completo e circunstanciado das atividades da Delegação brasileira na reunião das duas principais Comissões do Parlamento Latino-Americano, realizadas em Santiago. V. Ex.<sup>a</sup> expõe à Casa teses polêmicas, trazendo a palavra de eminentes Representantes de outros países, que deram seu depoimento sobre os problemas constantes da ordem do dia daquelas reuniões. Estou certo de que o relatório que V. Ex.<sup>a</sup> traz ao nosso conhecimento não só servirá como um testemunho da seriedade, da dedicação, do trabalho que V. Ex.<sup>a</sup> realizou, como também será base de inestimável valor para os estudos que se efetuam no Congresso brasileiro, no sentido de reforma do Poder Legislativo, com o objetivo de fazê-lo mais eficiente e cada vez mais capaz.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Muito obrigado.

Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Antônio Carlos, que o próprio autor desse trabalho o colocou insistentemente em termos polêmicos.

E, em certa passagem do seu trabalho, ainda se lê:

"Outro ponto de crítica habitual e de incidência sobre a forma pela qual se desempenha o labor dos parlamentares, relaciona-se com a duração das legislaturas respectivas. Só em dois países, Chile e Uruguai, o Parlamento funciona durante a maior parte do ano. Os restantes o fazem em tempo muito mais reduzido, o que, entre muitas outras coisas, resulta que a legislação tenha caráter precipitado e não possa ser objeto de um estudo concienzoso. A existência da já referida "Comissão Permanente" não soluciona o problema, uma vez que acautela, apenas, a supremacia constitucional do Congresso."

**O Sr. Benjamin Farah** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA** — Com muito prazer.

**O Sr. Benjamin Farah** — Estou ouvindo com atenção o brilhante discurso que V. Ex.<sup>a</sup> pronuncia nesta tarde. Irei ler seu discurso e examiná-lo com maior cuidado, porque desperta interesse a matéria que V. Ex.<sup>a</sup> traz ao conhecimento desta Casa. Na verdade, com suas observações acerca das reuniões do Parlamento Latino-Americano, V. Ex.<sup>a</sup> presta inestimável serviço ao Senado, ao Congresso brasileiro, enfim. Nestes tempos agitados em que o Poder Executivo, em toda a parte, procura ser forte e até mesmo — por que não dizer? — autocrático, o Parlamento tem uma missão muito importante e decisiva na consolidação



da democracia. Se o Parlamento não der conta das suas obrigações, se o Parlamento não reouver as suas decisões, se o Parlamento não tiver o poder decisório, o poder deliberativo, na amplitude do termo, iremos perder terreno e também colaborar indiretamente para que o Executivo, em toda parte, faça do Parlamento um órgão quase que inativo. O discurso de V. Ex.<sup>a</sup> é, realmente, um toque de clarim. Quero congratular-me com a Casa pela abundância da matéria, pela dedicação e pela lealdade da missão de V. Ex.<sup>a</sup> — missão cumprida, poderíamos dizer. Meus parabéns! O nosso Partido se congratula com V. Ex.<sup>a</sup> Tenho certeza de que estou falando em nome de toda a Bancada — o nosso Líder está ouvindo, todos os meus companheiros estão — tenho certeza de que concordam com o meu pronunciamento. Estamos felizes pela participação de V. Ex.<sup>a</sup> no Parlamento Latino-Americano e pelo trabalho que vem de trazer ao nosso Senado.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com muito prazer, Senador.

O Sr. Franco Montoro — Acho oportuno, depois do oportuníssimo aparte do nobre Senador Benjamin Farah, ressaltar este aspecto, que parece realmente fundamental, dessa magnífica exposição que V. Ex.<sup>a</sup> faz, a importância que tem o Parlamento na vida das democracias. V. Ex.<sup>a</sup> destacou a função legislativa, a função fiscalizadora e a função política.

O SR. ADALBERTO SENA — E a função da criação da opinião pública.

O Sr. Franco Montoro — E a função da criação da opinião pública, que fica vinculada ao aspecto político do relatório do Senador Tomás Pablo. Quero citar um aspecto da importância dessa atuação do Parlamento Latino-Americano: há mais de dez anos, foi através dos Parlamentos que se levantou, no Continente, a idéia da integração da América Latina, de uma comunidade latino-americana. Poucos talvez compreendiam; muitos governos repeliam, achavam que era divisão no Continente falar-se numa integração da América Latina. Mas — e aí se ressalta a importância política do Parlamento — aquilo que os Parlamentos diziam, há dez anos, começam agora os Executivos a sentir e proclamar e nisso merecem os nossos aplausos evidentemente. Ainda hoje, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil deu entrevista ressaltando a importância desta comunidade latino-americana, a integração de toda a América Latina para que, juntos, os países possam lutar pelo desenvolvimento. Os Parlamentos foram pioneiros, se anteciparam, apresentaram as primeiras luzes, e depois — é natural que assim seja — os Executivos começaram a compreender a lição. É a im-

portância política do Parlamento. Dai a oportuna intervenção do Senador Benjamin Farah, ao lembrar que tudo isso supõe, como antecedente, o pressuposto, a luta pela autoridade, pela independência do Poder Legislativo. O Parlamento tem uma grande função, uma grande responsabilidade que é de todos nós. V. Ex.<sup>a</sup> dá magnífica contribuição à luta pela normalização democrática da vida pública latino-americana e brasileira, com o seu esplêndido relatório. Quero associar minhas palavras às dos demais Senadores que se congratularam com V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. ADALBERTO SENA — Sou muito reconhecido, as palavras, às ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> Devo dizer que, no decorrer deste discurso, este aspecto foi deixado exatamente para o fim, para uma conclusão.

O Sr. Franco Montoro — Desculpe se me antecipei às suas conclusões.

O SR. ADALBERTO SENA — Não! Não se antecipou! Aliás, já fizemos alguns antecedentes.

O Sr. Benjamin Farah — Estamos em consonância com V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. ADALBERTO SENA — Obrigado.

Ai está, Sr. Presidente e Srs. Senadores, resumida em parte, mas textualmente reproduzida em pontos substanciais, o tema esboçado pelo Senador Tomás Pablo e que, conforme sublinhei inicialmente, foi o ponto alto das apreciações do grupo em que fui integrado.

Os conceitos e observações do ilustrado parlamentar não se revestiram, como se vê, do caráter dogmático, nem se lhes emprestou o mínimo sentido de generalização. Descreve-se um panorama, delineia-se um quadro, mas, quanto a cada um dos detalhes significativos, a coloração dominante é invariavelmente aquela em que se deixa entrever a sugestão de novos matices, ou, para usar a própria expressão do autor, um constante "convite ao diálogo".

Certamente as suas apreciações são cáusticas e, por vezes, incisivas. Mas, se bem as interpretarmos, uma a uma, na sua gênese e na sua sequência lógica, bem veremos que, de modo algum conduzem a ilações desfavoráveis à instituição parlamentar. O que sobretudo as inspira e as fundamenta é, pelo contrário, aquela prévia e inabalável convicção da necessidade de defendê-la. Mas defendê-la, não pela justificação de suas presentes condições funcionais, mas por meio de mutações que, prestigiando-a e habilitando-a a trabalhos mais eficientes, a entrossem na dinâmica das transformações sociais e políticas que inelutavelmente se vão operando nas nações do continente.

Bem confirmam elas esta asserção de Ortega, citada, aliás, pelo autor:

"existe uma série de objeções válidas ao modo de se conduzirem os Parlamentos tradicionais, mas nenhuma autoriza a conclusão de que se deva suprimir a instituição parlamentar, senão, ao contrário, todas elas, por via direta e evidente, demonstram a necessidade de reformá-la. E o melhor que humanamente se pode dizer de alguma coisa é que ela necessita reformar-se, porque isto implica na convicção de que tal coisa é imprescindível e capaz de nova vida."

Por tudo isso, o trabalho do Senador Tomás Pablo, a par dos gerais aplausos que recebeu, de pronto despertou o interesse dos delegados presentes, concentrando, daí por diante, todas as atenções.

Aceito o "convite ao diálogo", representantes de vários países se esmeraram em apreciá-lo à luz das experiências nacionais, sempre com vista ao desenvolvimento das teses, mediante outras contribuições, todas tendentes à busca de denominadores comuns capazes de, tanto quanto possível, conferir ao problema a conotação de "comunidade", pela qual relativamente a esta e outras questões, vem invariavelmente se empenhando o Parlamento Latino-Americano.

Para não abusar da atenção dos colegas, limito-me a referir três dessas contribuições, a título de exemplos dignos de figurar neste relatório.

No decorrer dos debates, surgiu controversia quanto à opção entre o unicameralismo e o bicameralismo. O Senador Jorge Montes, do Partido Comunista chileno, pretendendo justificar o unicameralismo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) (Fazendo soar a campanha) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. ADALBERTO SENA — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> mais dez minutos para concluir.

... após criticar as chamadas "liberdades formais" pugnou pela instituição de uma Câmara Popular, dentro de um sistema em que fica prevista a expulsão dos deputados cuja atuação deixasse de corresponder à delegação popular que recebera.

Contrariamente a tal ponto de vista, duas manifestações não tardaram. Em declarações à imprensa, o Senador venezuelano Jorge Dager, Presidente do Parlamento Latino-Americano, assim se expressou:

"Na realidade, ter um sistema bicameral ou unicameral é assunto interno de cada país. Ambos os sistemas existem no continente. Outra coisa são naturalmente as funções que podem outorgar-se a Parlamento de uma ou de duas câmaras e a forma como são eleitos os seus membros.

Por exemplo, uma Câmara no estilo corporativo de Mussolini ou uma Assembléia do Povo, como a da Bolívia, não se ajustam a um regime democrático."

Outra reação — e esta mais veemente — foi a do Deputado Hector Valderrama, do Partido Democrata Cristão da Venezuela, que, falando perante a Comissão, disse o seguinte:

"Há que aprender-se o verdadeiro sentido de uma proposição desse tipo. Se se trata de substituir um sistema bicameral pelo unicameral, deixando vigentes as atribuições do Parlamento, seria uma reforma importante, porém, formal. Para aceitar ou rejeitar a idéia, teríamos que ver previamente o próprio projeto.

Se, na intenção, não está envolta uma questão de doutrina, o Chile pode ser tão democrático com uma ou com duas Câmaras. O outro sentido que pode dar-se à Câmara única é o de mudar-se o sistema institucional vigente. Temos o direito de pensar nisso, se estudarmos o programa da Unidade Popular. Ali se fala de algo mais distinto do que entende a maioria por Câmara Única. Trata-se de criar uma Assembléia do Povo que ponha fim à separação e independência dos Três Poderes. Essa Assembléia do Povo passa a ser geradora dos dois outros Poderes.

O Presidente da República perde suas atuais faculdades para administrar o País. O Poder Judiciário passa a depender da Câmara Única. Esta Câmara se colocaria na cúpula do Poder. Ademais, estaria integrada por representantes designados por sindicatos e outros grupos locais. O mandato dos parlamentares seria essencialmente revogável e dependeria desses grupos, com o que evidentemente perderiam sua independência. De acordo com o programa da Unidade Popular de uma questão técnica sobre um sistema unicameral ou bicameral; trata-se, sim, de modificar substancialmente todo o nosso regime político."

A terceira das aludidas contribuições, tivemos-la em moção da delegação brasileira, sob a inspiração do seu Presidente, o culto e sensato Deputado Geraldo Guedes, o qual, em face da complexidade do tema e atendendo aos comuns desejos de fortalecer a atividade parlamentar, propôs que as matérias voltassem a ser debatidas, na próxima reunião de Caracas, por uma Comissão Especial, perante a qual cada delegação poderia apresentar completas e minuciosas informações sobre o Parlamento e a vida legislativa de seus respectivos países

e se possibilitasse, no temário, o estudo das seguintes questões:

- "1 — Leis Orgânicas dos Partidos Políticos;
- 2 — Lei eleitoral;
- 3 — Lei interna dos Parlamentos e dos processos legislativos;
- 4 — Estatuto de Assessoria;
- 5 — Estatuto de Divulgação e de Comunicação;
- 6 — Pessoal administrativo-técnico do trabalho parlamentar;
- 7 — Outros assuntos correlatos."

Deixarei de enumerar as conclusões finais do trabalho do Senador Tomás Pablo, porque, de preferência, mandei digrafá-las para distribuir, como o faço agora, entre os colegas desta Casa.

E não quero concluir este relatório sem fazer referência especial a fatos e circunstâncias de nossa visita à capital chilena.

No dia 8, pela manhã, o Presidente Salvador Allende recebeu, no Palácio de La Moneda, todas as delegações, e, nas palavras que lhes dirigiu, começou por dizer que o seu Governo é a expressão da vontade popular refletida nas urnas e ratificadas pelo Congresso Nacional. Dai a sua satisfação nesse contacto com parlamentares. Assinalou que o Programa que tem "como autor fundamental o povo, ele o realizará sobre a base do respeito irrestrito, aos direitos que o povo tem conquistado e se representa na ampla liberdade de idéias, reuniões, associação e informação".

Ao referir-se aos processos políticos de outros países, ressaltou: "Sempre sustentaremos que cada povo tem a sua própria realidade e, frente a ela, devem adequar-se os caminhos que conduzem aos processos que o povo deseja. Os sonhos dos nossos patriarcas puderam — e este é um anelo nosso — converter-se em realidade, para que a América Latina tenha voz de povo unido e, portanto, possa fazer respeitar os seus direitos."

Quero ressaltar a lhana acolhida e a assistência que nos dispensou a Embaixada do Brasil, desde a recepção no aeroporto até à manhã do nosso regresso. O Embaixador Câmara Canto, secundado pelo Ministro Joaquim Serra e todo o corpo diplomático, inclusive duas gentis funcionárias, desvelaram-se, em verdade, em nos proporcionar, em diligências e subsídios, a ajuda necessária ao melhor desempenho da nossa missão. E não podemos esquecer, num gesto de reconhecimento, a homenagem que ainda nos prestaram com um jantar nas próprias dependências da Embaixada.

Devo, por igual, destacar as expressões de cordialidade com que nos en-

volveram as outras delegações e, de modo geral, o povo de Santiago.

Quando daqui partimos, alguns colegas nos advertiram quanto à possibilidade de, nas reuniões, ouvirmos alusões desprimorosas à situação política do nosso País, visto que, noutros encontros de parlamentares da América Latina, assim ocorrera por mais de uma vez.

Não se efetivou, porém, tal vaticínio, senão exatamente o oposto. Em nenhum dos debates, quer na nossa comissão, quer na outra, ouviu-se qualquer expressão que nesse sentido pudesse ser entendida. E quando nas orações proferidas se fez referência ao Brasil, foi justamente para aludir à sua grandeza sob determinados aspectos.

Também em nossos contactos com as autoridades e com o povo em nossas incursões pelo comércio, a nota dominante foi a cordialidade e a simpatia dos chilenos, confirmando-se o dito de um dos recepcionistas designados pelo Senado do Chile, de que, naquele país, a simples condição de ser brasileiro já vale por um passaporte.

Ora, Senhor Presidente, o estreitamento de tais tipos de relações vem sendo, na minha observação, uma das consequências mais flagrantes dos encontros promovidos pelo Parlamento Latino-Americano. Num mundo hoje dividido, e na nossa América também em vias de divisões ideológicas, é preciso, antes de tudo, que, pela via sentimental, cheguemos aos estados de espírito, às disposições de entendimento e de fraternidade, sem os quais será difícil a integração económica, política e cultural que se têm por escopo.

Todos sabemos que os ideais do Parlamento Latino-Americano são muito ambiciosos, porque perseguem a integração em quase todas as áreas da vida das nações do continente, e em todos os níveis dos Poderes que a regem ou controlam. Mas, a despeito de tudo isto, exemplos da História põem em evidência a força incoercível dos grandes ideais, e os seus êxitos em face da reação das rotinas, dos preconceitos e, em suma, das duras realidades dentro das quais se debatem os seus propugnadores.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Danton Jobim — Peço desculpas por fazê-lo nesta hora em que V. Ex.<sup>a</sup> encerra esse brilhantíssimo discurso-relatório mas é para que não deixe de figurar a minha voz entre aquelas que felicitaram, de início, logo, V. Ex.<sup>a</sup>, por ter tido a idéia de prestar contas tão minuciosas do que se passou na reunião da União Par-



lamentar Interamericana de Santiago do Chile. Conheço bem o Chile e sei a grande admiração que lá se devota ao Brasil: uma espécie de sentimento difuso, vamos dizer assim, sem base em argumentos de ordem puramente racional, com base histórica, que faz com que o Brasil apareça no Chile sempre como o grande amigo. Tenho a impressão, mesmo, que os resultados das últimas eleições não terão forças para modificar essa situação, sobretudo quando verificamos que o Chile está praticamente dividido: 50% está com o Presidente Allende, 50% ficou com os seus adversários. Estou certo, portanto, que tanto o Presidente Allende, como todos os políticos que a ele se opõem neste momento no Chile, comungam na mesma simpatia pelo nosso País. De maneira que V. Ex.<sup>a</sup> teve a ventura agora de visitar uma nação que é profundamente amiga do Brasil. Estou certo de que as expressões que V. Ex.<sup>a</sup> ouviu, no Chile, se repetirão, daqui a um, dois ou dez anos, quando V. Ex.<sup>a</sup> novamente tenha a felicidade de visitar aquele País.

Mas, o que quero mesmo fazer, neste momento, é deixar as minhas felicitações aqui consignadas a V. Ex.<sup>a</sup>, pelo brilho com que está se desincumbindo dessa tarefa que se impôs, de apresentar um relatório como esse, ao Senado, sobre a missão que dele recebeu. Muito obrigado.

**O SR. ADALBERTO SENA** — As palavras de V. Ex.<sup>a</sup> muito me comovem. Um desses ideais, bem vimos, é o da reformulação em termos altos, e não de simples imposições de atitudes, do Poder que aqui representamos. De uma reformulação, por isso mesmo, que parta daquele pressuposto de que a própria expressão "democracia representativa" é redundante senão, talvez, necessariamente enfática; daquele pressuposto de que, conforme a primeira das conclusões do trabalho do Senador Tomás Pablo:

"todos os sistemas políticos contemporâneos que merecem o título de democráticos, exibem a existência de um Parlamento dotado de efetivo poder e habilitado a cumprir de forma eficiente as suas funções. Neste sentido, a inexistência do Parlamento ou a sua subordinação, são sintomas claros da vigência de um regime contrário à democracia. Por isto deve afirmar-se de modo veemente que, na própria medida em que o regime democrático se caracteriza pelo peso, predomínio e representação da opinião pública nos processos de eleição dos órgãos do Estado e do cumprimento de suas funções, o Parlamento, como o mais claro e genuíno representante dessa opinião pública, é condição *sine qua non* para existência de um governo do povo, pelo povo e para o povo". (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Geraldo Mesquita — Virgílio Távora — Wilson — Jessé Freire — Damazio Gondim — Milton Cabral — João Cleofas — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcanti — Augusto Franco — Leandro Maciel — João Calmon — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Gustavo Capanema — Orlando Zancaner — Emival Caiado — Osires Teixeira — Mattos Leão — Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.<sup>o</sup>-Secretário.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO N.º 139, de 1971

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero a transcrição nos Anais do Senado Federal, do "Relatório do Sr. Onaldo Xavier de Oliveira — Representante dos Produtores de Cacau do Brasil — na XVI Assembléia da Aliança dos Países Produtores de Cacau, realizada no período de 17 de maio a 1.<sup>o</sup> de junho de 1971, em Abidjan, Costa do Marfim, na África, e Genebra, Suíça, na Europa".

Sala das Sessões, 27 de julho de 1971. — Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Nos termos do art. 234, § 1.<sup>o</sup>, do Regimento Interno, o requerimento será submetido à Comissão Diretora.

**O SR. FILINTO MÜLLER** — Peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder da Maioria.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Tem a palavra o nobre Senador Filinto Müller.

**O SR. FILINTO MÜLLER (Como Líder da Maioria. (Sem revisão do orador.))** — Sr. Presidente, antes de entrar diretamente no assunto que me traz à tribuna, desejo ratificar as congratulações dos Vice-Líderes Ruy Santos e Antônio Carlos que, interpretando os sentimentos da Maioria desta Casa, aplaudiram os trabalhos realizados pela Delegação brasileira à Reunião do Parlamento Latino-Americano, há pouco relatados pelo eminente Senador Adalberto Sena. Eu me congratulo também com os nossos representantes, com a nossa delegação chefiada pelo Deputado Geraldo Guedes e com os representantes do Senado, Senadores Arnon de Mello e Adalberto Sena, pelo trabalho que puderam realizar no Chile.

Aproveito também esta pequena divagação, Sr. Presidente, para, re-

ferindo as expressões do nobre Senador Danton Jobim, quando acentuou que no Chile o Brasil é admirado e estimado, acentuar que, no Brasil, em contrapartida, o Chile é muito estimado e os chilenos considerados nossos irmãos.

Sr. Presidente, pedi a palavra com outro objetivo. Gostaria de registrar nos nossos Anais um fato que considero da mais alta importância, um fato promissor para as nossas relações internacionais.

Há poucos dias, cumprindo orientação e determinação do Presidente Médici, o Ministro das Relações Exteriores, o grande Embaixador Mário Gibson Barboza, figura que dá brilho ao desempenho das suas funções de Ministro e que eleva o nome do Brasil, partiu de Brasília com destino aos países da América Central para uma visita de cordialidade, de amizade, para uma visita que não tinha, como declarou S. Ex.<sup>a</sup>, ainda hoje, aos jornalistas, o intuito de estabelecer zonas de influência nem de conquista de mercados, mas que tinha como objetivo primordial estreitar os laços de amizade que nos unem aqueles países da América Central.

Durante longos anos, Sr. Presidente, cultivamos amizade com esses países da América Latina, mas, até certo ponto, no Brasil, quando falamos em latino-americanos, geralmente estamos com o pensamento voltado para os países da América do Sul e a América Central, que tem as mesmas raízes, as mesmas origens ibéricas que nós temos, a América Central, via de regra, fica, até certo ponto, posta de lado nas nossas cogitações, embora mantenhamos as melhores relações diplomáticas, culturais e comerciais.

O Ministro Mário Gibson Alves Barboza, Sr. Presidente, é o primeiro Ministro das Relações Exteriores do Brasil que visita esses países da América Central. Na sua excursão, S. Ex.<sup>a</sup> visitou a Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Honduras e El Salvador. Em outra etapa de viagens, S. Ex.<sup>a</sup> irá a Trinidad-Tobago e, também, às Guianas.

Assim, Sr. Presidente, o Governo brasileiro, por meio do seu representante máximo no setor das relações internacionais, que é o Ministro das Relações Exteriores, vai procurando estreitar cada vez mais os laços de amizade entre os povos, para que através desta amizade possamos prestar uma colaboração aos nossos irmãos sul-americanos, dele recebendo, também, a colaboração que nos possam dar e criar um ambiente de paz, de ordem e de tranquilidade, dentro do qual possamos trabalhar, eles e nós, para desenvolver nossos países.

O Brasil, nessa excursão e através do Ministro Mário Gibson Alves Bar-

boza, abriu uma linha de crédito aos países visitados da ordem de um milhão de dólares para cada um. Foi mais uma demonstração do nosso apreço, da nossa consideração e do nosso interesse em concorrer para o desenvolvimento das nações visitadas.

O Ministro Mário Gibson Alves Barboza foi recebido da forma a mais cordial possível, acolhido com verdadeiras manifestações de apreço, de simpatia, não somente dirigidas à sua pessoa mas ao Brasil, ao Governo brasileiro, que teve a iniciativa de determinar tal visita.

Sel de um fato que, talvez, seja ignorado por muitos dos eminentes Senadores aqui presentes, pois eu próprio o ignorava até ontem.

O Ministro Mário Gibson Barboza, ao visitar a Nicarágua, teve a satisfação de encontrar grande número de personalidades do país que o cumprimentavam falando português, e que lhe informavam haverem concluído seus estudos superiores no Brasil, em virtude de convênios que existem entre a Nicarágua e o Brasil para a concessão de bolsas de estudos a estudantes.

São homens que formaram a sua mentalidade, que desenvolveram seu curso superior nas nossas universidades, nas nossas escolas e que se habilitaram a trabalhar pela sua pátria, que para ela regressam e guardam a melhor recordação dos tempos que passaram no Brasil, estudando, aprofundando seus conhecimentos, preparando-se para a luta pela vida, preparando-se, enfim, a prestar os melhores e os mais relevantes serviços à sua pátria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, êsse foi um dado que me impressionou sobremaneira: na Nicarágua, há cerca de 500 personalidades formadas no Brasil, através de bolsas de estudos, concluindo em nosso País seus cursos superiores. Essa informação, recebida pelo Ministro Mário Gibson Barboza, na capital de Nicarágua, deve ter sido muito grata ao seu espírito de patriota, de bom brasileiro, como também é grata ao nosso espírito, pois que me impressionou enormemente quando dela tive conhecimento.

O Ministro Mário Gibson Barboza, prosseguindo no cumprimento da orientação do Governo do Presidente Médici, visitará, como disse, outros países. E nós, no Brasil, continuaremos a realizar esta obra de aproximação, de entendimento e de harmonia entre os povos, especialmente entre os latino-americanos e entre os povos da América, de modo geral, para que através desta harmonia nós possamos ser fortes e valer-nos uns aos outros, a fim de assegurarmos a paz e a tranquilidade ao nosso continente.

Não importa. Sr. Presidente, que vozes divergentes surjam aqui ou acolá fazendo restrições à nossa Pátria, querendo apontar, como verdadeiros, fatos que não são exatos, atribuindo ao nosso Governo medidas ou erros que não foram cometidos. Não importa que essas vozes, mesmo partindo de figuras de responsabilidade, surjam aqui ou acolá. O que importa é o conceito que o Brasil vai conquistando em todos os países da América e do mundo, pela sua atuação serena, pela sua atuação acertada e pelo esforço que faz para manter no mais alto nível, no mais alto grau de respeito mútuo as suas relações com os países da América e do mundo.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com todo prazer.

O Sr. Franco Montoro — Quero, nobre Senador Filinto Müller, em nome de meus companheiros de bancada, dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> o nosso aplauso entusiástico a essa orientação do Ministro das Relações Exteriores e do Governo brasileiro, no sentido de uma aproximação com as demais nações da América Latina. Este aplauso é que nos dá autoridade para, quando discordarmos de outras intervenções, de outras atuações, apresentarmos, também, as nossas restrições, quando se tratar, como no caso, do encaminhamento de solução que nos pareça fundamental para o nosso desenvolvimento. Nenhum país se desenvolverá isolado. O desenvolvimento brasileiro está condicionado, evidentemente, ao de todo o Continente. Portanto, é de profunda sabedoria, e corresponde a palavra de V. Ex.<sup>a</sup> ao desdobramento do que vem de dizer o nosso colega Senador Adalberto Sena sobre o Parlamento Latino-Americano. É o mesmo ideal de aproximação das nações da América Latina, para que, unidas, possam lutar contra o subdesenvolvimento. Sempre que o Governo estiver neste caminho, merecerá nosso aplauso, como tenho a satisfação de transmitir a V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço, Sr. Presidente, as palavras do eminente Senador Franco Montoro, que tem grande autoridade, e é figura de destaque do seu Partido. Agradeço, sobretudo porque elas representam o pensamento do Partido da Oposição, como S. Ex.<sup>a</sup> declarou.

Realmente, em se tratando de interesse do Brasil, não há Partido da Situação e Partido da Oposição. Há brasileiros; brasileiros que têm consciência nítida e perfeita dos seus deveres, e um desejo forte, acentuado, de bem servir ao Brasil.

São estas, Sr. Presidente, as palavras com que desejava registrar o fato auspicioso da visita do Ministro Gibson Barboza aos países da América Central.

Acrescento, para finalizar, que é minha intenção pedir ao Presidente do Senado Federal que convide o eminente Ministro Mário Gibson Barboza para, em ocasião oportuna, comparecer a nossa Casa, em nosso auditório, e em reunião ampliada da Comissão de Relações Exteriores fazer uma exposição sobre os rumos da política internacional brasileira, sobretudo do que já se tem obtido, e sobre os êxitos que essa política vem conquistando.

O Ministro Mário Gibson Barboza é, sem favor, uma das figuras mais altas da nossa atual geração que exerce cargos de administração, cargos de direção no Governo. É homem de valor moral e de grande valor intelectual. O Senado, pela sua grande maioria, bem o conhece, porque S. Ex.<sup>a</sup>, em várias oportunidades, compareceu à Comissão de Relações Exteriores para apresentar as suas idéias, nas oportunidades de ser designado Embaixador no Paraguai, em Washington etc. O Senado conhece e admira S. Ex.<sup>a</sup> pela sua atuação. Assim, será um prazer para nós tê-lo aqui, de maneira informal, para, em palestra, num debate, nos pôr a par do que vem realizando no terreno das Relações Exteriores, sob orientação do Presidente Médici.

São estas, Sr. Presidente, as palavras que desejava pronunciar registrando um fato que reputo, como disse, o mais promissor para as nossas relações internacionais. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Terminada a Hora do Expediente.

Presentes 61 Srs. Senadores.

Há número regimental.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer número 237, de 1971) ao Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 1970 (número 1.102-D/63, na Casa de origem), que altera dispositivos do art. 484 do Código de Processo Penal.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão do substitutivo, é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 319, do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### SUBSTITUTIVO

**Altera dispositivos dos arts. 464, 484 e 607 do Código de Processo Penal.**

**Art. 1.º** — O art. 464 do Código de Processo Penal, passa a ter o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único — São também impedidos de servir no Conselho os jurados que tenham tomado parte em julgamento anterior do mesmo Processo.”

**Art. 2.º** — Passando a V, VI e VII, os atuais n.ºs do art. 484 do Código de Processo Penal, redija-se assim o primeiro deles:

“IV — Se o réu alegar legítima defesa ou erro de fato quanto à legítima defesa, será formulado apenas um quesito sobre a atualidade ou iminência da agressão.”

**Art. 3.º** — Fica suprimido o § 3.º do art. 607 do Código de Processo Penal.

**Art. 4.º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —**

#### Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 35, de 1971 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 245, de 1971), que suspende disposições da Constituição do Estado da Guanabara, julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 35, DE 1971

“Suspende disposições da Constituição do Estado da Guanabara, julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.”

**Art. 1.º** — É suspensa a execução das seguintes disposições da Constituição do Estado da Guanabara julgadas in-

constitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal:

1) no art. 53, III, as expressões: “dos Tribunais inclusive inferiores” e “dos magistrados e serventários da Justiça pagos pelos cofres públicos”.

2) no art. 53, IV, as expressões: “ou no tribunal de alçada”.

3) o inciso c do parágrafo 3.º do artigo 57.

**Art. 2.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —**

#### Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 36, de 1971 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 246, de 1971), que suspende a execução do art. 7.º da Lei Federal n.º 4.116, de 1962, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, aos 18 de março de 1971.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 36, DE 1971

“Suspende a execução do artigo 7.º da Lei Federal n.º 4.116, de 1962, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, aos 18 de março de 1971.”

**Art. 1.º** — É suspensa a execução do art. 7.º da Lei Federal n.º 4.116, de 1962, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada aos 18 de março de 1971.

**Art. 2.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —**

#### Item 4

Discussão, em 1.º turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 29/71, de autoria do Sr. Senador Benedito Ferreira, que acrescenta parágrafo ao artigo 3.º do Decreto-lei n.º 594, de 27 de maio de 1969,

que instituiu a Loteria Esportiva Federal, tendo PARECER, sob n.º 242, de 1971, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 29, DE 1971

**Acrescenta parágrafo ao artigo 3.º do Decreto-lei n.º 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Acrescenta-se ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 594, de 27 de maio de 1969, o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único — A programação tratada no artigo observará também o critério de aplicação de, no mínimo, oitenta por cento da renda líquida nas regiões de procedência da receita.”

**Art. 2.º** — Entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —** Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos para oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA —** Senhor Presidente, Senhores Senadores, recentemente o ilustre Superintendente da SUVALE, Coronel Wilson Santa Cruz Caldas, declarou perante a Comissão do Vale do São Francisco, da Câmara dos Deputados, que o Plano de Irrigação do Nordeste, através das suas prioridades, demonstra o empenho e o acerto com que o Governo Federal está tratando o problema das secas nordestinas.

Representando aqui o Estado de Sergipe, um dos que mais agudamente sofreram, este ano, os efeitos danosos das longas estiagens, posso assegurar que as irrigações vêm atender a uma justa necessidade das populações nordestinas, sendo válidos todos os sacrifícios feitos para a sua concretização em favor da agricultura nordestina.

É para nós motivo de satisfação saber, como afirmou o Superintenden-

te da SUVALE, que o Plano de Irrigação do Nordeste prevê, até fins de 1974, a irrigação de nada menos de 50 a 60 mil hectares na bacia do São Francisco, o que muito virá contribuir para o desenvolvimento da região.

Deve-se acrescentar que o Plano tratará, não somente da irrigação por gravidade, mas também por bombeamento, que embora seja um método mais dispendioso atenderá a um maior número de agricultores, já sendo dignos de citação os resultados positivos verificados no Projeto Bebedouro, onde as experiências foram vitoriosas em todos os sentidos.

São medidas assim objetivas, eficientes, que vem adotando o Governo Revolucionário, visando impulsionar o progresso do Nordeste do País, que despertam, em todos, grandes esperanças de que num futuro não muito distante, desaparecerão os desequilíbrios regionais e o Brasil inteiro crescerá integrado dentro do seu destino histórico de grande Nação.

Esse meu otimismo quanto às perspectivas que se abrem para o meu Estado não impede que, sobretudo com alto sentido de colaboração e de quem se sente perfeitamente entrosado com os problemas daquela Região, sugira — o que faço em sentido de apelo — se invistam recursos substanciais para o aceleramento das obras da Adução Regional do São Francisco, que está sendo construída pela SUVALE, o que irá permitir que as águas do velho rio São Francisco venham beneficiar uma grande área, prevendo o abastecimento dos seguintes municípios do sertão sergipano: Amparo de São Francisco, Canhoba, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes, Gracho Cardoso, Cumbe, Freira Nova, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe.

Não se trata de uma despesa negativa ou supérflua, mas de um verdadeiro investimento porque vai proporcionar trabalho compensador e riqueza efetiva para a região que deseja cada dia mais se ver integrada no grande plano de desenvolvimento nacional, preocupação constante do eminente Presidente Garrastazu Médici.

Este apelo, dirijo ao operoso Superintendente da SUVALE, Coronel Wilson Santa Cruz Caldas, fortalecido pelas mais seguras esperanças, porque ele é testemunha das iniciativas que tomei, das reivindicações que reiterei para o início de tão importante obra, que vi tomar os primeiros impulsos quando ainda Governador, com a chegada dos primeiros tubulões, que iriam constituir, não tenho dúvida, um grande aqueduto para benefício da terra sergipana.

Encontrei da sua parte, naquela oportunidade, sem nenhuma surpresa, a melhor receptividade, porque Sua Senhoria, à frente do alto cargo que ocupa, não se deixa perder em

exibições de valdade, mas em ações positivas de realizações concretas.

Sei que, para execução de tão importante serviço, contaremos com o apoio do insigne Ministro Costa Cavalcanti, um homem do Nordeste, voltado para o Nordeste, que com a sua experiência e os recursos do seu Ministério, irá prestigiar, como desejo, o profícuo trabalho do honrado Governador Paulo Barreto de Menezes, interessado também na concretização de tão importante iniciativa. **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Com a palavra o Sr. Senador Virgílio Távora.

Não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

Não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador José Lindoso.

**O SR. JOSÉ LINDOSO** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há dias apresentava eu ao Senado Federal o Projeto de Lei n.º 59, que disciplina a propaganda do fumo e que estabelece o princípio da advertência relativamente a sua prejudicialidade, com relação à saúde do fumante, impressa nas cartelas de cigarro, de acordo com o que tem sido observado em outras nações, onde a experiência, a pesquisa, a ciência, enfim, já proclamou a alta prejudicialidade do fumo.

Pois bem. Sr. Presidente e Srs. Senadores, mal cuidava eu de que este problema já estivesse tão sedimentado na consciência de todo o povo brasileiro. Vimos recebendo reiteradas manifestações de aplauso ao nosso Projeto de Lei n.º 59. No desejo de realçar esse apoio tão valioso e de informar ao Senado que o projeto já não pertence mais ao Senado e à Nação, pelo apoio que vem recebendo, passo a referir-me a algumas dessas manifestações.

De Vitória, Espírito Santo, a Associação Feminina de Combate ao Câncer, pela sua Presidente D. Ylza Bianco, declara-se solidária à proposição.

O Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho, de São Paulo, pelo seu Presidente, Dr. Pedro Ayres Neto, congratula-se com o projeto e tece considerações sobre o problema do fumo relativamente às suas consequências como causador do câncer do pulmão. Da Fundação Bela Lopes de Oliveira, da Guanabara, vem uma mensagem também no mesmo sentido. Do Instituto de Câncer de Londrina, pela sua Presidente, Dona Lucila Pinto Balalai, recebe expressiva mensagem assinalando a sua significação médico-social. A Fundação Hospitalar de Santa Catarina, pela palavra do Dr. Murilo Pacheco da Mota, manda mensagem,

declarando confiar que o Senado e que o Congresso, enfim, aprovem o projeto.

A Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer, do Hospital Dr. Luiz Antônio, pelo pronunciamento do Professor José Tavares da Silva, empresta sua solidariedade à nossa iniciativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esses exemplos confirmam a alta repercussão que o projeto vem tendo em todo o Brasil como me referi ao iniciar este registro. E, para assinalar a sensibilidade das nossas autoridades em torno do problema, informo que o Ministro Rocha Lagôa, da Pasta da Saúde, em telegrama, tomou conhecimento do projeto, o que muito vale pela sua autoridade de cientista e de Ministro de Estado.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, comunicar também que se realiza aqui em Brasília importante ciclo de conferências sobre o tema geral do Fumo e Saúde. Esse ciclo de conferências é patrocinado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal e pela Sociedade Médica Brasileira de Combate ao Fumo.

Essas conferências estão sendo realizadas no Hospital Distrital L-2 Sul, desde ontem, e delas participam o Professor João Carvalhal Ribas, Professor-adjunto da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Escola Paulista de Medicina, que se ocupará dos Aspectos Psicossociais do Tabagismo; o Dr. Ajax Walter C. Silveira, Presidente da Sociedade Médica Brasileira de Combate ao Fumo, que falará sobre as "Vantagens" e Desvantagens do Hábito de Fumar; o Dr. Gideon de Oliveira, Professor de Biologia e Patologia da Faculdade Adventista de Enfermagem, membro do Colégio Internacional de Cirurgiões, disertando sobre o Fumo e Câncer do Pulmão; o Dr. Sidney Almeida, Ginecologista do 1.º Hospital Distrital de Brasília, apresentando o tema O Tabaco, a Mulher e a Procriação; O Fumo e Seus Males no Aparelho Respiratório é o tema do Dr. Edmundo Blundi, que tem sido, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, como todo o Senado reconhece, uma das maiores autoridades no combate ao fumo, esclarecendo os seus aspectos maléficos e, através de estudo extraordinário, fundamentou o projeto que apresentamos a esta Casa.

Edmundo Blundi é Professor de Doenças Pulmonares da Escola Médica de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, docente-livre da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara e Diretor da Divisão Nacional de Tuberculose do Ministério da Saúde.

Ouviremos também, nesse Ciclo de Conferências que se encerrará no dia

30 de julho próximo, sexta-feira, o Dr. Carlos Schivantes, Diretor do Instituto Morumbi de Psiquiatria, que tratará de **Os Males do Tabaco Sobre o Coração e Vasos**, e o Dr. Roberto Doglia Azambuja, Diretor do Hospital Distrital do Gama, que versará sobre o tema **Papel do Fumo na Formação do Jovem Moderno**.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que o problema do tabagismo deve ser colocado com seriedade no campo da saúde pública e necessita de um esforço de todos para que seja debelado esse vício, responsável por milhares de vidas, que anualmente, tombam no Brasil e no mundo.

E é dentro desta preocupação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que me permito ler a circular recebida do Ministério da Saúde — Campanha Nacional de Combate ao Câncer — e que diz o seguinte:

“Senhor Senador:

A Campanha Nacional de Combate ao Câncer vem procurando atingir o seu principal objetivo — Salvar Vidas Humanas. A Educação constitui importante fator para que possa cumprir essa meta. O esclarecimento do povo a respeito do problema — Educação popular — e o ensino básico da Cancerologia aos médicos não especializados — Educação médica — representam, ao lado de uma infra-estrutura médico-hospitalar altamente especializada, os alicerces sobre os quais se apoia a luta contra o câncer.

Procuramos alcançar com a divulgação de Mensagens Educativas o maior número possível de brasileiros, sem distinção de raças, sexo, idade ou categoria social; o câncer não respeita fronteiras ou preconceitos de quaisquer espécies — inadvertidamente, todos nós somos presas fáceis do seu insidioso ataque. No entanto, se estivermos atentos ao problema, teremos oportunidade de diagnosticá-lo e tratá-lo, em seu início, tornando-o, assim, a mais curável das principais causas de morte. Daí a preocupação da Campanha Nacional de Combate ao Câncer de manter e intensificar, cada ano, um maior programa de Educação Popular e Profissional e dotar os hospitais especializados das condições mínimas necessárias para atender à demanda sempre crescente de pessoas advertidas pela Campanha Educativa.

Estamos, dentro das possibilidades financeiras da Divisão Nacional de Câncer e contando com a colaboração de órgãos oficiais e particulares, alcançando os mais expressivos setores da vida nacional. Até a presente data a Campanha Nacional de Combate ao

Câncer levou suas Mensagens Educativas aos 1.565 Rotary e Lions, às 7.200 agências bancárias em todo o país, às igrejas, à maçonaria, às confederações espíritas (cerca de 10.000), à indústria e ao comércio nos Estados da Guanabara e de São Paulo (cerca de 15.000). Pretendemos, até o próximo mês de julho, chegar a 50.000 escolas primárias e secundárias, em todo o território nacional, às principais indústrias e ao comércio nos Estados, aos servidores federais e estaduais, civis e militares, e a um maior número possível de pessoas da comunidade.

Por outro lado, estão sendo impressas 3 Mensagens Educativas, visando ao aprimoramento do ensino da Cancerologia para serem distribuídas a 30.000 médicos e 10.000 estudantes de medicina. Levamos ao Vosso conhecimento essas notícias sobre as atividades da Campanha Nacional de Combate ao Câncer e anexamos as primeiras Mensagens Educativas que estão sendo distribuídas no corrente ano.

Atenciosamente. — **Dr. Luiz Neves**, Diretor-Substituto da Divisão Nacional de Câncer Coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Câncer.”

É preciso que se diga: a advertência ao mundo civilizado, com relação às consequências do fumo, tem sido feita através dos órgãos mais categorizados, inclusive da Organização Mundial de Saúde, que na sua última reunião, realizada recentemente em Genebra, segundo os jornais, assinalou:

“Cento e vinte e três delegados dos 130 países membros da Organização Mundial de Saúde (OMS) subscreveram, ontem, uma declaração que desaconselha o hábito de fumar nos hospitais e locais públicos.

Ao encerrar sua vigésima quarta assembléia, os integrantes da OMS, entidade ligada à Organização das Nações Unidas, chegaram à conclusão de que “o fumar contribui enormemente para as enfermidades pulmonares e cardíacas.” Foi pedida uma ação conjunta internacional contra as drogas e o consumo de cigarros.”

Portanto, Sr. Presidente, no desejo de dar a dimensão da repercussão do nosso projeto perante a Nação, fazemos este registro, reclamando, consequentemente, urgência na sua tramitação, com o objetivo de defender o povo naquilo que lhe é mais importante: a sua saúde. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Em vista da inexistência de quorum, vou encerrar a Sessão. (Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a realizar-se hoje, às 21 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 9/71 (CN), que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências, tendo Parecer, sob n.º 59, de 1971 (CN), da Comissão Mista, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.”

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, designando para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 84, de 1971, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, que solicita a transcrição, nos Anais do Senado, do editorial intitulado *Asas Brasileiras*, publicado no *Correio da Manhã*, do dia 25 de maio de 1971, tendo Parecer, sob n.º 260, de 1971, da Comissão Diretora, favorável.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 7, de 1971 (apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer n.º 28, de 1971), que autoriza o Governo do Estado do Paraná a garantir como avalista, nos termos das Leis Estaduais de n.º 5.429, de 20 de dezembro de 1966, e n.º 5.712, de 27 de novembro de 1967, em uma operação de crédito externo adicional, firmado entre a TELEPAR e a SIEMENS A.G., de Munique, Alemanha Ocidental, destinado ao fornecimento de equipamentos de telecomunicações do Estado, tendo Parecer, sob n.º 29, de 1971, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

3

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1971, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a instituição de prêmios à pesquisa sobre energia atômica aplicada à medicina, à indústria e à agricultura e dá outras providências, tendo Parecer, sob n.º 241, de 1971, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 15 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15-7-71, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.**

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no discurso pronunciado na hora do Expediente desta Sessão, o nobre Líder da Minoria, eminente Senador Nelson Carneiro, teve a oportunidade de generosamente fazer a citação do meu nome e com exageros de bondade, ressaltar o trabalho que modestamente realizei nas Comissões Técnicas da Casa.

Comentava S. Ex.<sup>a</sup> o capítulo da Emenda Constitucional n.º 1 sobre processo legislativo e procurava apontar normas e regras que, no seu entender, estavam a desmerecer o trabalho do Parlamento brasileiro.

Creio que serei fiel à argumentação de S. Ex.<sup>a</sup> se enunciar entre aquelas normas objeto de sua crítica a que impede sejam da iniciativa de Deputados e Senadores projetos de lei que versem sobre matéria financeira ou aumentem a despesa pública.

E o comentário foi ilustrado com emendas que S. Ex.<sup>a</sup> apresentou ao projeto que dispõe sobre o aumento do pessoal da Justiça Federal e da Justiça do Distrito Federal.

Sobre a matéria, Sr. Presidente, tive ocasião de emitir longo parecer, na oportunidade em que o Congresso examinou Emenda Constitucional, suprimindo justamente o dispositivo da Constituição de 1967 que dava ao Presidente da República a exclusividade da iniciativa de projetos sobre matéria financeira ou que aumentem a despesa pública. Vali-me, na ocasião, de estudo publicado no jornal *Le Monde*, da França, em que se mostrava que a força dos parlamentos não estava na iniciativa de projetos sobre matéria financeira ou que aumentassem a despesa pública; que a força do parlamento estava, isto sim, no seu poder de fiscalização, no seu poder de decisão sobre as matérias políticas de grande importância para a nação.

Em seguida, Sr. Presidente, o nobre Senador Nelson Carneiro manifestou sua queixa quanto a decisões do Plenário que contrariam pareceres dos Órgãos técnicos.

Se o raciocínio de S. Ex.<sup>a</sup> fôsse levado às últimas consequências, chegaríamos à conclusão de que não seria necessária a existência do Plenário, pois que bastaria a manifestação favorável dos Órgãos técnicos para que decidida estivesse a questão no âmbito do Senado Federal.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** — Pois não!

**O Sr. Nelson Carneiro** — Quando são várias as Comissões e unânimes os pareceres. Nessa hipótese. Várias Comissões se pronunciaram sobre o projeto unanimemente, esses projetos são rejeitados sem uma explicação do Plenário. Evidentemente, isso não é um aprêço à vida parlamentar.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** — Exatamente a essa hipótese é que estou me referindo. Se, porventura, suficiente fôsse a manifestação favorável de um, dois, três ou mais Órgãos técnicos, sobre determinada matéria, para que a sua aprovação estivesse garantida, a função do Plenário desapareceria. Daí a minha ressalva: se o argumento de V. Ex.<sup>a</sup>, se o raciocínio de Vossa Excelência fôsse levado às últimas consequências.

Entendo de modo diferente: não chego ao exagero de fazer distinção entre a natureza das decisões das Comissões e aquelas proferidas neste plenário, sendo as primeiras de natureza eminentemente técnica e as segundas de natureza política.

Acho que, tanto nas Comissões como no Plenário, para a decisão do Órgão, pesam razões de ordem política, e razões de ordem técnica. Na Comissão de Justiça, evidentemente, os argumentos que informam os pareceres são aqueles de ordem jurídica.

Entendo, Sr. Presidente, que só exalta e só valoriza a posição de um Senador que exerce a vice-liderança do Senado o fato de, examinando a matéria sob o aspecto jurídico, ter emitido parecer favorável, sem que outras razões tivessem informado o seu espírito.

Foi isso, Sr. Presidente, o que ocorreu em relação ao Projeto de Lei n.º 29, de 1970, de autoria do nobre Senador Aurélio Vianna, do qual fui Relator na Comissão de Constituição e Justiça. Eu não precisaria recordar que agi desse modo, pois, bastaria ler a conclusão do meu parecer para evidenciar que essa foi a minha conduta e outro não foi o meu comportamento. Digo: "ante o exposto, a Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente à juridicidade e constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 29/70, cabendo o exame do mérito às Comissões de Legislação Social e de Finanças."

Convocado, na qualidade de suplente, participei da Sessão da Comissão de Finanças que examinou a matéria após o Parecer da Comissão de Justiça, e lá os nobres Senadores Jesé Freire, Carvalho Pinto e Ruy Santos levantaram questões de natureza jurídica. Fizemos indagações quanto ao projeto elevar ou não a despesa. E tive ocasião de repetir, perante a

Comissão de Finanças, os argumentos jurídicos que me fizeram na Comissão de Justiça concluir favoravelmente ao Projeto de Lei n.º 29.

Se porventura fôsse a paixão política que estivesse inspirando o meu trabalho, já, na Comissão de Justiça, o meu parecer não se cingiria ao exame jurídico da matéria, desprezados quaisquer outros argumentos, por mais respeitáveis que fôssem, de natureza política ou quanto ao mérito da proposição. A matéria vem ao Plenário, não para o Plenário ratificar os pareceres das Comissões Técnicas. Os pareceres informam a decisão do Plenário, apresentam argumentos, dão esclarecimentos mas de modo algum ilidem o poder do Plenário para a decisão final sobre a proposição.

Cumprindo o seu dever, o eminente Senador pela Bahia, Sr. Ruy Santos, que é o Vice-Líder da Maioria encarregado dos trabalhos do Senado, trouxe ao conhecimento da Casa parecer do Departamento Administrativo do Serviço Público. Pela leitura do documento e pelas razões aduzidas pelo nobre Representante, cheguei à conclusão de que a apreciação feita por aquele Órgão do Poder Executivo diz respeito ao mérito da proposição, à sua conveniência. Deste modo, ele não rejeita nem contesta o meu parecer.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Poderia eu prestar um esclarecimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Lindenberg) — Lembro aos nobres Senadores que não são permitidos apartes quando do encaminhamento da votação.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** — O Poder Executivo faz chegar ao conhecimento do Plenário, cumprimento do seu dever, uma informação capaz. O Plenário não é surpreendido, nenhuma informação foi sonhada ao Plenário. Apenas aquele que conduz a Bancada da Maioria nesta Casa traz ao conhecimento de seus Pares e dos honrados Membros da Maioria que o Poder Executivo, pelas razões apresentadas pelo DASP, manifesta-se contrário à proposição.

É, pois, uma manifestação sobre o mérito que, de modo nenhum compromete, desmerece ou — para usar a expressão do nobre Senador Nelson Carneiro — desmoraliza a instituição parlamentar.

Cada um de nós vai manifestar o seu voto. O meu, Sr. Presidente, sem embargo da convicção que manifestei em meu parecer, quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposição, será de acordo com a manifestação do meu Líder, pois ele traz à Casa o ponto de vista do Poder Executivo e eu, participando da Bancada que apóia o Governo, sou coerente com a minha posição, manifestando



tando meu voto de acordo com a palavra do Líder autorizado para dizer como deve a Bancada da Maioria votar. Eram, Sr. Presidente, os esclarecimentos que eu deveria dar à Casa, especialmente ao eminente Senador Nelson Carneiro, cuja referência ao meu nome representará, certamente, hoje, amanhã e sempre, um galardão para a minha modesta figura. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22-7-71, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.**

**O SR. ANTONIO CARLOS** — Senhor Presidente, Senhores Senadores, atividade que se constitui numa constante na vida de largas faixas do povo brasileiro, a pesca, marcando presença em todas as fases de nossa história, ocupa lugar de destaque no desenvolvimento social e econômico do País.

Esporte e vida dos primitivos habitantes da terra, cujos pousos se localizavam, de regra, próximos às águas do mar ou dos rios, ela foi responsável pelo nascimento e afirmação de estabelecimentos que, às centenas, os primeiros colonizadores semearam pelo nosso litoral e, hoje, capítulo importante da saga das 200 milhas, que marca hora das mais altas na afirmação de nossa soberania.

Antes, muito antes, que a ciência econômica, a poesia, o romance e a música dos brasileiros foram buscar, no que ela tem de beleza, de heroísmo e de aventura, matéria-prima para sua inspiração.

Dia chegou, porém, que a Nação tomou consciência da importância das artes pesqueiras, que se exercitam no mar que banha nossa costa de mais de 8.000 km e nas águas de nossos rios, açudes e lagoas.

Sem omissão ou menosprezo dos diversos planos e programas ensaiados anteriormente, de cujos aspectos cumpre lembrar a Policlínica dos Pescadores no Rio de Janeiro, a Caixa de Crédito da Pesca, a Escola de Pesca de Tamandaré, a organização das Colônias de Pescadores, o Plano de Amparo aos Pescadores do Nordeste, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) — criada pela Lei Delegada n.º 10, de 11 de outubro de 1962 — e o enquadramento dos pescadores no sistema previdenciário como associados do ex-IAFM, é de estrita justiça assinalar que aquela tomada de consciência traduziu-se em ato de governo com a edição do Decreto-lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca.

Esse diploma legal estabeleceu a fórmula capaz de fazer a atividade pesqueira objeto dos investimentos de

capital indispensáveis ao seu desenvolvimento, na medida de nossos recursos potenciais e de nossas necessidades.

De fato, a faculdade de as pessoas jurídicas alocarem vinte e cinco por cento do valor devido ao imposto sobre a renda em projetos de captura, industrialização e comercialização de pescado, aprovados pela SUDEPE, representou um marco no desenvolvimento da indústria pesqueira nacional.

Reduzida a 17,5%, no presente exercício, face ao que dispõe o Decreto-lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970, que instituiu o Programa de Integração Nacional e a 12%, no exercício de 1972, face ao que dispõe o Decreto-lei n.º 1.179, de 6 de julho último, que instituiu o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste, a percentagem dedutível do imposto sobre a renda para aplicação na pesca, continua a representar decisivo fator para o seu desenvolvimento.

O sistema de incentivos fiscais para a pesca acionou uma série de iniciativas de extraordinária importância, cujos reflexos podem ser verificados em diversas regiões do País.

Até 31 de março do corrente ano, a SUDEPE aprovou, na forma do artigo 81 do Decreto-lei n.º 221, cento e trinta e quatro projetos de investimentos, no valor total de Cr\$ 1.629.947.926, assim distribuídos: quatro no Pará, um no Ceará, um no Rio Grande do Norte, um em Pernambuco, dois no Espírito Santo, dezenove no Estado do Rio de Janeiro, treze na Guanabara, trinta e dois em São Paulo, três no Paraná, trinta e oito em Santa Catarina e vinte e um no Rio Grande do Sul.

Os recursos decorrentes dos incentivos fiscais participaram, naquele investimento global da ordem de Cr\$ 1.629.947.926, com Cr\$ 1.128.654.811, dos quais Cr\$ 310.363.016 já liberados. (1)

A produção de pescado, a partir da implantação do sistema, evoluiu, em volume, do seguinte modo: de 399.804 toneladas, em 1966, passamos a 426.273 em 67, 500.387 em 68, 501.197 em 69. Em valor, os números são os seguintes: Cr\$ 158.404.385 em 1966, Cr\$ 214.515.859 em 67, Cr\$ 302.829.509 em 68, e Cr\$ 421.475.070 em 69. (2)

Ainda que a palavra dos técnicos estabeleça entre 10 a 15 anos o espaço de tempo necessário a que um sistema de incentivos fiscais produza resultados, vale aqui, como demonstração de sua excepcional valia, alinhar os números referentes a setor da indústria pesqueira, no qual a sua aplicação se fez rápida e maciça, como aquela da produção de camarões em Santa Catarina: 2.255 toneladas e 230 kg em 1966, 3.397 toneladas e 464 kg em 67,

4.036 toneladas e 987 kg em 68, 5.720 toneladas e 235 kg em 69, e 7.144 toneladas e 204 kg em 70. (3)

É inegável, pois o avanço verificado.

Valho-me, neste passo, do brilhante discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, pelo nobre representante de meu Estado, Senhor Dib Cherem, para alinhar mais alguns elementos que comprovam a assertiva:

“Até 1967, o País possuía 35.000 barcos, sendo 3.250 a motor, 15.000 a vela e o restante a remo. Daquela data até aqui, foram adicionados à frota pesqueira 987 novas unidades. No total de barcos, a maior parcela (643) se refere a embarcações de aço, sendo de madeira 324, com autonomia de 30 a 40 dias, com capacidade de 100 toneladas.” (4)

O fato de representar um Estado de tradição pesqueira, cuja adesão ao sistema dos incentivos fiscais para a pesca se traduz no fato de ter logrado alcançar o maior número de projetos aprovados pela SUDEPE e a circunstância personalíssima de uma longa e apaixonada convivência com os problemas da pesca e do pescador, permitem-me constatar, após a justa referência aos aspectos positivos das iniciativas decorrentes da instituição dos incentivos, alguns dos outros que se constituem em problemas capazes de, se não resolvidos imediatamente, comprometer definitivamente, se não no todo, certamente em grande parte, o futuro da indústria pesqueira.

Cumpre-me, então, enunciá-los:

a) ausência de um planejamento global que estabelecesse, no elenco dos projetos aprovados pela SUDEPE, um justo equilíbrio entre, de um lado, a natureza daqueles referentes à captura e as reservas de matéria-prima conhecidas e, de outro, entre aqueles referentes à captura e os destinados à industrialização e à comercialização;

b) exagerada ênfase no exame pela SUDEPE dos aspectos formais dos projetos, com desprezo de outros, não menos importantes, relativos à localização da base ou fábrica, à experiência dos responsáveis pela empresa e, mesmo, à sua idoneidade moral e financeira;

c) desprezo total das possibilidades de aproveitamento da pesca artesanal e dos empreendimentos industriais pioneiros;

d) omissão de um programa integrado de pesquisas oceanográficas e de biologia marinha, capaz de permitir a expansão da indústria, sem os riscos de fazê-la, em grande parte, ociosa ou antieconômica;

e) descuido na execução de um plano de estruturação da SUDEPE, de modo a fazer esse órgão apto a cumprir suas altas finalidades;

f) desconsideração do problema do reflexo do custo dos insumos, na economicidade da indústria amparada e estimulada pelo sistema dos incentivos;

g) ausência de uma legislação que discipline, realisticamente, o sistema de trabalho do pescador.

Examinemos, nos limites de um discurso, esses problemas.

O desequilíbrio provocado pela ausência de um planejamento global está provocando duas ordens de dificuldade. Em primeiro lugar, a captura, em determinadas áreas e épocas, não apresenta o rendimento mínimo recomendável.

Há empresas cuja situação econômica indica resultados negativos, em virtude desse desequilíbrio.

Em segundo lugar, a proporção entre os investimentos de terra e os de mar, que a técnica recomenda se situe na razão de um para vinte, não foi observada. Como exemplo cito os investimentos na indústria do camarão em meu Estado, Santa Catarina, no qual essa relação, no total dos projetos aprovados pela SUDEPE, apresenta a relação de um para um. Essa anomalia, se não corrigida, levará inúmeras empresas à insolvência.

Outro não é o sentido da observação constante da Mensagem Presidencial do corrente ano, ao referir:

"Verificou-se, contudo, que os cento e trinta projetos apresentados à SUDEPE não compunham conjunto harmônico, que contemplasse todas as fases orgânicas de um programa integrado de desenvolvimento da pesca. Por essa razão foi suspensa a apresentação de novos projetos, até que esteja concluída a tarefa de compatibilização dos atuais projetos e de caracterização de necessidade adicionais, que serão objeto de futuros projetos."

O Superintendente da SUDEPE, Dr. João Cláudio Campos, expoente da jovem e brilhante equipe de colaboradores que o Sr. Ministro Cirne Lima, com lucidez e coragem, convocou, já decidiu designar um Grupo de Trabalho para realizar um reestudo global dos projetos aprovados, a fim de que se estabeleçam meios e modos para corrigir os desequilíbrios apontados.

Tomei conhecimento dessa medida do mais alto alcance para o futuro da indústria nacional no correr de audiência que me foi concedida, ocasião em que pude verificar o acerto da escolha do Governo com relação à SUDEPE. A firmeza e a capacidade do Dr. João Cláudio Campos são penhor seguro do êxito de sua gestão.

A exagerada ênfase no exame dos aspectos meramente formais dos projetos de pesca levaram a SUDEPE a

cometer graves equívocos. Não raro, a improvisação e a aventura obtiveram sucessos que hoje se constituem em perspectivas de grandes fracassos.

O sistema dos incentivos permitia e até impunha ao Governo um rigoroso exame dos projetos apresentados, tendo em vista a tradição, experiência e idoneidade dos responsáveis.

Em muitos passos, todavia, o procedimento foi diverso o que acarretará, a médio prazo, um grande desgaste no setor.

O credenciamento do Banco do Brasil como agente financeiro do sistema encarregado da liberação das parcelas do imposto sobre a renda alocadas e como órgão de fiscalização da aplicação das mesmas seria, sem dúvida, fórmula expedita para aperfeiçoamento do mecanismo legal vigente.

O Sr. José Esteves — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Com muito prazer.

O Sr. José Esteves — Nobre Senador Antônio Carlos, V. Ex.<sup>a</sup> está pronunciando discurso de grande importância para a economia brasileira. Representante do Estado do Amazonas — como o é V. Ex.<sup>a</sup> de Santa Catarina, e que são Estados essencialmente pesqueiros, inclusive no Amazonas a indústria da pesca ainda é muito elementar —, quero congratular-me com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, especialmente no momento em que a SUDEPE está entregue a um homem da envergadura do Dr. João Paulo Campos, que há pouco assumiu a direção daquele órgão subordinado ao Ministério da Agricultura. Gostaria de aproveitar o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, a par das minhas congratulações pela sua oportunidade e pela substância que ele encerra e que representa muito bem a realidade do assunto, para dirigir-me ao Sr. Ministro da Agricultura solicitando que S. Ex.<sup>a</sup> reexamine um problema que se está passando no Estado do Amazonas. Refiro-me à fiscalização da tartaruga e, conseqüentemente, das praias por elas habitadas. Não sei porque, orientada em que, baseada em que, foi transferida essa fiscalização para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, coisa que não se justifica, porque, falando em tartaruga, fala-se em água. E está havendo um conflito de jurisdição. A SUDEPE está sem condições de fiscalização, uma vez que ao IBDF cabe esta fiscalização. IBDF e nada, no Amazonas, são a mesma coisa. Não funciona! Peço, assim, a V. Ex.<sup>a</sup> que permita constar do seu discurso este meu aparte, que vai também de solidariedade ao seu pronunciamento, que representa a opinião desta Casa e a opinião da Nação brasileira. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Sou muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador José Esteves.

Problema de profundas repercussões sociais é aquele relativo ao desprezo total votado às possibilidades de aproveitamento da pesca artesanal.

O Decreto-lei n.º 221, no artigo 91, determina que o Poder Público estimulará e providenciará a criação de cooperativas de pesca nos núcleos pesqueiros, ou junto às atuais Colônias de Pescadores, bem como a de entrepostos de pesca nas principais cidades litorâneas ou ribeirinhas.

O mesmo diploma legal, nos artigos 94 e 96, atribui à SUDEPE os encargos do amparo financeiro à manutenção e execução dos programas de assistência médica e educacional aos pescadores profissionais e suas famílias, executadas pelas Colônias de Pescadores, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, até que definida a nova jurisdição e regulamentado o seu funcionamento, e da revenda de embarcações, motores e equipamentos destinados à pesca, bem como a concessão de empréstimo para a aquisição dos mesmos, aos pescadores individualmente, às Colônias e às Cooperativas de Pescadores.

Sob esse aspecto, a Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional no início desta Sessão Legislativa menciona:

"Ainda com referência à pesca, merecem menção os trabalhos desenvolvidos, conjuntamente pela SUDEPE e CIBRAZEM, com a finalidade de amparar a pesca artesanal em zonas pioneiras ou menos desenvolvidas, como as regiões Norte e Nordeste do País.

Tais trabalhos implicam na instalação de câmaras frigoríficas que, em muito contribuirão para o ajustamento da oferta de pescado às necessidades de mercado. Como conseqüência, evitar-se-ão as acentuadas flutuações de preços, que se têm constituído em um dos principais entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal".

(6)

Destarte, o sistema legal em vigor não criou ainda todas as condições para que o pescador artesanal evolua e possa alcançar estágio mais avançado.

Peço a atenção da Casa para o aspecto social do problema.

Apesar de ainda hoje contribuir com considerável parcela da produção de pescado, o pescador artesanal corre o risco, na conjuntura, de optar por dois destinos: ou se engaja na tripulação do barco pesqueiro de grande empresa ou mingua lentamente, no desempenho de atividade, cuja tendência é tornar-se antieconômica.

Vejamos alguns números, para demonstração da tese:

A produção do pescado por aparelhos de pesca, em Santa Catarina, no

ano de 1970, atingiu 46.786.309 kg. Desta quantidade, 18.765.470 kg provieram da pesca artesanal (arrastão de praia, arrastão de porta pequena, isto é, com baleeiras, botes etc., rêdes de espinhel, linha de mão, cerco flutuante e covo, espinhel de siri, tarrafas, picarés etc.). (7) Em números relativos a participação da pesca artesanal em Santa Catarina alcançou 40,04% do total da produção daquele Estado, no mesmo período. (8)

No que toca, especificamente, aos crustáceos (camarão legítimo, camarão rosa, camarão sete barbas, camarão serrinha, camarão misto, lagosta, lagostinha e siri), cuja produção em Santa Catarina, no ano de 1970, ascendeu a 8.695.830 kg no valor de Cr\$ 18.142.953,45, a pesca artesanal contribuiu com, pelo menos, 5.774.027 kg (camarão sete barbas, lagosta e siri), no valor de Cr\$ 3.634.621,00. (9)

O que afirmo para Santa Catarina, estou seguro, vale, com pequenas variações, para todo o Brasil.

Pois bem, os responsáveis por toda essa produção, cujos índices alinhei acima, ainda não receberam do sistema o apoio que seria de justiça dispensar-lhes.

— Qual a melhor maneira de prestar-lhes tal apoio?

— Criando as condições para que passem da fase artesanal ao estágio industrial!

— De que forma?

— Sem relegar a um segundo plano a formação profissional — o que vêm sendo feito através dos exames prestados perante os órgãos da Diretoria de Portos e Costas e dos cursos a serem ministrados de acordo com a Lei n.º 5.461, de 25 de junho de 1968 — o importante é, através de um sistema de financiamento, propiciar a substituição das canoas, baleeiras, botes e outras embarcações rudimentares, por barcos que permitam melhores produção e produtividade.

Hoje, o grosso da pesca artesanal faz-se em Santa Catarina, em baleeiras de cerca de cinco metros de comprimento, movidas a motores a gasolina de 10 a 12 cavalos de força. Dois a três pescadores as tripulam.

Tais embarcações são antieconômicas e estão, sob o ponto de vista técnico, superadas.

Alguns pescadores, através da poupança individual ou com apelo ao crédito — em meu Estado, entidade de assistência a pesca, sob a denominação de ACARPESC, muito tem auxiliado esse esforço — lograram adquirir barcos de dez a doze toneladas, movidos a motor a óleo diesel capazes de promover aquela indispensável ascensão.

É de entusiasmar o trabalho desses pescadores jovens que, após exerce-

rem com eficiência as funções de patrão de pesca ou mestres, de barcos de dezenove, vinte e dois e vinte e cinco metros de comprimento, com capacidade de vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco toneladas, ou depois de, por longo tempo, operarem nas pequenas baleeiras ou botes, lançam-se à tarefa de adquirir um barco capaz de dar-lhes uma posição definida na economia pesqueira.

Falta-lhes, contudo, apoio, até mesmo na legislação vigente.

Como, tais barcos destinam-se à pesca do camarão e utilizam o sistema do arrastão de porta, sua atividade esbarra na proibição, em vigor, de operarem em profundidades inferiores a quinze metros, se maiores de cinco toneladas de carga. (10).

Essas normas baixadas para as áreas pesqueiras de Santa Catarina vigem, igualmente, com pequenas alterações, nos pesqueiros dos Estados vizinhos.

É evidente o seu empirismo. Seu fundamento é a defesa da fauna marinha, especialmente do camarão. A verdade científica, porém, demonstra a fragilidade desse arrimo. Senão, vejamos.

Apesar dos esforços que vêm sendo realizados por técnicos e estudiosos de todo o mundo sobre o ciclo biológico do camarão, as conclusões apresentadas estão longe de esgotarem o assunto sob todos os seus múltiplos aspectos.

Alguns dados da maior importância ainda permanecem em discussão sem possibilidade de uma conclusão definitiva imediatamente.

A tese aceita e até certo ponto provada é a que afirma ocorrer a desova e fecundação em águas oceânicas, profundas. Formam-se as larvas que se alimentam de plâncton durante um certo período, aproximadamente, 3 semanas. Após esse estágio inicial rumam para as águas de baixa profundidade e de menor taxa de salinidade, povoando as lagoas e baías. Ai, alimentando-se de microorganismos e detritos orgânicos prosseguem seu desenvolvimento, vivendo junto ao fundo do mar. Após passarem do estado larval para o pós-larval, atingindo o estágio em que denominamos o camarão de "jovem", há uma nova movimentação, agora, em sentido contrário, isto é, para as águas mais profundas e de alta taxa de salinidade, onde atingem o estado adulto e a desova, reiniciando o ciclo descrito.

Essa a generalização aceita não sem algumas controvérsias. Ninguém ousou até hoje precisar em que profundidade exata encontramos o camarão em estado adulto.

Observemos o cuidado com que o Professor Jorge Abreu, titular da cadeira de Biologia do Colégio Estadual

de São Paulo, faz considerações a respeito:

"As larvas dos camarões comerciais são livres flutuadoras em oceano durante mais ou menos três semanas e nesse período alimentam-se de plâncton. Até o estágio de protozêa são encontrados perto do fundo e como pós-larval em profundidades médias. O jovem camarão após essa vida planctônica dirige-se para águas rasas de baías e estuários de baixa salinidade. Acredita-se que para alcançar esses viveiros eles dependem de correntes favoráveis pois, embora capazes de movimentos, são impotentes contra cursos contrários. Nessas águas internas e salobras, o camarão permanece no fundo adotando hábitos bentônicos e nutrindo-se de detritos orgânicos e microorganismos do meio. Durante dez semanas ou mais, crescem rapidamente e depois, gradualmente, movem-se para águas mais profundas e de altas salinidades onde entram na pesca comercial." (11)

Não encontramos referência expressa quanto ao significado em metros do que chama de águas rasas, medianamente profundas e profundas, embora tenha-se apoiado em extensa literatura sobre a matéria.

Já Enrique E. Boschi, do Instituto de Biología Marina, Mar del Plata, Argentina, em trabalho intitulado "Biología y Evaluación de Los Recursos Camaroneros en el Area de La Carpas", citando J.J. Ewald é mais lacônico:

"El camaron tiene un ritmo migratório relacionado con la época de reproducción. Los camarones preadultos se alejan de las aguas costeras para ir a las regiones de desove donde adquieren el tamaño máximo de la especie. Por otra parte las larvas se acercan a las regiones esturiales para transformarse em postlarvas y crescer rapidamente." (12)

Essa cautela na abordagem do ciclo de vida do camarão é perfeitamente compreensível se atentarmos para o fato de que há várias espécies de camarões e com ciclos muito próprios. É possível encontrar determinado tipo de camarão em estado adulto muito próximo da costa, isto é, em regiões de profundidade não superior a dez metros e outros em regiões mais distanciadas, como é o caso do camarão legítimo.

E tanto carecem de fundamentos científicos as informações conhecidas que os técnicos da ACARPESC, em Santa Catarina, chegaram à conclusão que deveriam buscar por si mesmos soluções para os problemas da pesca e conservação das espécies. É o que afirmam no Boletim Informativo

Técnico-Científico, do Serviço de Extensão de Pesca, publicado em março do corrente ano:

"Apoiados em informações de pesquisa de âmbito mundial, chegou-se à conclusão que a forma mais viável encontrada para aumentar e controlar estoques de pescado de águas litorâneas seria desencadear um processo de educação na preservação das espécies comerciais e paralelamente iniciar o trabalho de aquíicultura.

Procurando fontes de informações técnico-científicas que permitissem o trabalho nessas áreas encontrou-se informações divorciadas das reais necessidades para execução destes serviços. Esses fatos praticamente nos obrigaram a conquistar informações de modo próprio." (13)

Esse verdadeiro desabafo dos técnicos que trabalham no litoral catarinense diz bem do empirismo da fixação de limites de profundidade, a partir dos quais e só a partir deles, independentemente das condições locais, é permitida a pesca do camarão.

Colhi, Senhor Presidente, valiosos testemunhos de pescadores, no sentido da necessidade de se modificar os critérios em vigor.

É indispensável que se permita as operações de barcos de até doze metros de comprimento e dez toneladas de capacidade, na faixa entre seis e quinze metros de profundidade, de modo a permitir que fazendo tais barcos econômicos possam os mesmos substituir as ultrapassadas baleeiras e botes a gasolina e de pequena capacidade.

Deixo, pois, aqui o meu apelo ao Senhor Superintendente da SUDEPE, certo de que estou advogando uma causa vital para a melhoria das condições de vida dos pescadores que operam nas costas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outra lacuna a preencher é a que se refere à pesquisa.

São conhecidos os trabalhos que vem realizando nesse campo o Almirante Paulo Moreira da Silva.

A par das tarefas que realizou na Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, no comando do navio oceanográfico "Saldanha da Gama", à frente da SUDEPE e, atualmente, na presidência da Fundação de Estudos do Mar e na diretoria do Instituto de Pesquisas da Marinha, publicou o seu "Desafio do Mar", onde todo um patrimônio de estudo e experiência é colocado a serviço do futuro da pesca no Brasil e no mundo.

Em meu Estado, faz-se uma experiência válida, que se vem somar aos estudos notáveis de Ernesto Tremel.

É sabido que a demanda, muito superior à oferta de matéria-prima na indústria pesqueira, tem ocupado a atenção dos responsáveis pelo setor.

Recentes pesquisas de âmbito internacional concluíram que, ao lado dos trabalhos de orientação dos pescadores tradicionais voltados para o aumento da produtividade, há necessidade de se buscar solução na aquíicultura. Isto é, no caso específico do camarão, na construção de viveiros em condições de manterem um tipo de estoque regulador de várias espécies comerciais.

Com base nessas conclusões, sob os auspícios da ACARPESC, está em andamento no litoral catarinense promissora experiência, sob a direção do Economista Nalci Salomé Silva.

O projeto inicial prevê a construção de doze viveiros, numa área total de dois hectares. Seis viveiros, ocupando um hectare, já estão totalmente construídos e o primeiro povoado, no município de Palhoça.

Com base em criterioso levantamento das espécies comerciais existentes e das condições ecológicas, esse primeiro viveiro, com uma superfície de 2.520 m<sup>2</sup>, foi povoado com 35.000 (trinta e cinco mil) indivíduos das três principais espécies (*Penaeus Schmitti*, *Penaeus aztecus* e *Penaeus Brasiliensis*). Todos eram camarões jovens, transportados da foz do Rio Raton para o primeiro tanque em sacos plásticos cheios com água ambiente e oxigênio puro, acondicionados em caixas de isopor para manter a temperatura.

Para a alimentação estão sendo utilizadas rações balanceadas odorizadas com a adição de farinha de peixe, acreditando-se num resultado compensador no tocante à relação ração/peso.

Atentando-se para os primeiros resultados, é de se acreditar que a criação de camarões, a partir do estágio jovem, nessas condições, representará um investimento altamente rentável.

As dificuldades maiores estão na tentativa de se obter a desova em aquários ou em condições ambientais artificiais. Os técnicos da ACARPESC mantêm vários indivíduos em quase todas as fases de desenvolvimento (desde post-larvas até 150 mm) em aquários, realizando os mais variados testes, alguns com resultados positivos e animadores.

Tem faltado, contudo, uma coordenação dos programas locais de pesquisa. É o que pretende suprir o atual Superintendente da SUDEPE, como o estabelecimento de uma política nacional de pesquisa no setor da pesca.

Inicialmente, serão baseados dois barcos para pesquisas, um no litoral Norte e outro nas águas do litoral Sul.

Prepara-se, também, a aplicação do sistema de computação eletrônica nesse setor.

Finalmente, a importância correspondente à percentagem de 2% sobre o valor dos projetos aprovados, até agora destinados a programas publicitários, serão aplicados pela SUDEPE, com a concordância das indústrias, nos trabalhos de pesquisa.

Aprez-me incorporar a este discurso notícias tão animadoras que revelam a superior orientação que o Dr. João Cláudio Campos está imprimindo à sua administração.

A SUDEPE, contemplada pelo Decreto-lei n.º 221 com atribuição de tão alta importância, não foram conferidos recursos legais e financeiros, para o seu perfeito desempenho.

Na verdade, o que requer a SUDEPE é mais que uma reestruturação já que, nascida da soma do setor de pesca da Diretoria de Caça e Pesca, de parte da Caixa de Crédito da Pesca, da Policlina de Pescadores e da Escola de Pesca de Tamandaré (Lei Delegada n.º 10, de 11 de outubro de 1962, arts. 16, 17, 19 e 23), está a exigir uma completa e total estruturação. Posso anunciar, neste momento, que a atual administração já contratou esse trabalho com empresa especializada, ao mesmo tempo em que, através de convênio com a FAO, cuida da elaboração de um Plano de Desenvolvimento da Pesca e de um programa de emergência. Estou seguro que tais providências irão assegurar o êxito da ação governamental no estímulo e proteção às atividades pesqueiras.

Devo, ainda, pedir atenção da Casa para dois problemas de real interesse para a indústria pesqueira nacional. O primeiro refere-se à desconsideração do problema do reflexo do valor dos insumos na economicidade da indústria. A questão interessa, especialmente, às exportações brasileiras de pescado.

Em 1968 exportamos 6.198,1 toneladas de pescado; em 69, 9.525,8; em 70, 10.134,3. Em dólares os números foram os seguintes: 68, 10.638.100,00; 69, 20.123.800,00 e 70, 18.658.300,00. (14)

Essa exportação constitui quase um milagre, se considerarmos que os produtores brasileiros pagam pelo óleo diesel mais do dobro do preço pago pelo país vizinho, onde o preço desse insumo é o mais alto. A conclusão refere-se ao cotejo de preços do óleo diesel para os barcos de pesca nos seguintes países: Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela, Trinidad-Tobago, Guiana e Barbados. O problema ganha sua verdadeira dimensão, se acrescentarmos que o combustível participa, dependendo do tipo de pesca e de barco, na composição do preço final do pescado, em percentagem que varia entre 30 e 50%.

Estou confiante numa solução justa e equânime para o problema por parte do Governo Federal.

Vejamos, agora, o problema que alinhei por último: a ausência de uma legislação específica que discipline o trabalho do pescador.

O Brasil, nesse assunto, segue a tradição dos países grandes produtores.

O sistema de trabalho é o da parceria. Deduzidas as despesas de combustível, gelo, alimentação e outros materiais de consumo, bem como uma percentagem variável destinada à manutenção do barco e reposição dos equipamentos, o produto da pescaria é dividido em partes que são distribuídas ao proprietário da embarcação, mestre e demais tripulantes na razão da importância de sua participação nos fatores capital e trabalho.

Ocorre, porém, que esse sistema — o melhor e mais indicado para a pesca — é justaposto aos sistemas gerais da legislação trabalhista e da legislação previdenciária. Dessa justaposição advêm contradições, equívocos,

ônus e dificuldades que estão a requerer a disciplina de uma legislação especial, que, sem prejuízo para pescadores e armadores, consagre e consolide o sistema da parceria.

Há algum tempo, levei o assunto ao Senhor Ministro do Trabalho e, há pouco, ao Superintendente da SUDEPE.

Aguardo que um e outro equacionem o problema que está a pedir pronta solução.

Senhores Senadores.

As palavras que acabo de pronunciar forma inspiradas na devoção que, desde a infância, consagro às populações que buscam no mar, nos rios, nas lagoas e nos açudes o seu e o sustento de tantos outros brasileiros. Ao escrevê-las, meus olhos foram além da branca fôlha de papel e percorreram os verdes mares e os céus azuis de Enseada, Ubatuba, Barra Velha, Itajuba, Armação de Itapocorói, Sertão, Gravatá, Navegantes, Barra de Camboriú, Vila Real, Itapema, Porto Belo, Bombas, Bombinhas, Canto Grande,

Santa Luzia, Ganchos, Armação da Piedade, Costeira de Armação, São Miguel, Armação do Sul, Barra da Lagoa, Canavieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Inglêses, Lagoa da Conceição, Ponta Grossa, Jurerê, Alagoinhas, Ponta das Canas, Pântano do Sul, Pinheira, Garopaba, Mirim, Canguiri, Perrixil, Prainha, Praia Vermelha, Roça Grande, Sítio Novo, Jaguaruna, Hercílio Luz, Arroio do Silva, Ilhas, Morro Agudo que tantas e tão belas são as praias de minha terra, onde a gente boa nasce, vive, chora, ri e morre, alma e coração voltados para o mar.

Trago, também, para esta tribuna o testemunho de minha esperança no trabalho do Ministro Cirne Lima e na atuação de seu delegado para o setor, Dr. João Cláudio Campos.

Nascidas do propósito de cumprir o dever para com os pescadores brasileiros, elas chegam até este recinto plenas de confiança na ação patriótica do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

ASSINATURAS DO

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (SEÇÃO II)

devem ser solicitadas, diretamente, ao

### SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.

#### PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00

**MESA**

Presidente:  
Petrônio Portella (ARENA — PI)  
1º-Vice-Presidente:  
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)  
2º-Vice-Presidente:  
Ruy Carneiro (MDB — PB)  
1º-Secretário:  
Ney Braga (ARENA — PR)  
2º-Secretário:  
Clodomir Millet ARENA — MA)  
3º-Secretário:  
Guido Mondin (ARENA — RS)

4º-Secretário:  
Duarte Filho (ARENA — RN)  
1º-Suplente:  
Renato Franco (ARENA — PA)  
2º-Suplente:  
Benjamin Farah (MDB — GB)  
3º-Suplente:  
Lenoir Vargas (ARENA — SC)  
4º-Suplente:  
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

**LIDERANÇA DA MAIORIA**

Líder:  
Filinto Müller (ARENA — MT)  
Vice-Líderes:  
Antônio Carlos (ARENA — SC)  
Benedito Ferreira (ARENA — GO)  
Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
Eurico Rezende (ARENA — ES)  
José Lindoso (ARENA — AM)  
Orlando Zancaner (ARENA — SP)  
Ruy Santos (ARENA — BA)

**LIDERANÇA DA MAIORIA**

Líder:  
Nelson Carneiro (MDB — GB)  
Vice-Líderes:  
Danton Jobim (MDB — GB)  
Adalberto Sena (MDB — AC)

**COMISSÕES**

Diretora: Edith Balassini.  
Local: Anexo — 11º andar.  
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

**A) COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Francisco José Fernandes.  
Local: 11º andar do Anexo.  
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

**1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Guerra  
Vice-Presidente: Mattos Leão

**TITULARES**

Flávio Brito  
Paulo Guerra  
Daniel Krieger  
Antônio Fernandes  
Vasconcelos Torres  
Mattos Leão

**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra  
João Cleofas  
Fernando Corrêa

**MDB**

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Waldemar Alcântara  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

**TITULARES**

José Guimard  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Wilson Campos  
José Esteves  
Benedito Ferreira

**SUPLENTES****ARENA**

Saldanha Derzi  
Osires Teixeira  
Lourival Baptista

**MDB**

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313  
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**

(13. Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Accioly Filho

**TITULARES**

Daniel Krieger  
Accioly Filho  
Milton Campos  
Wilson Gonçalves  
Gustavo Capanema  
José Lindoso  
José Sarney  
Emival Caiado  
Heivídio Nunes  
Antônio Carlos  
Eurico Rezende  
Heitor Dias

**SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto  
Orlando Zancaner  
Arnon de Mello  
João Calmon  
Mattos Leão  
Vasconcelos Torres

**MDB**

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.  
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

**TITULARES**

Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Cattete Pinheiro  
Benedito Ferreira  
Osires Teixeira  
Fernando Corrêa  
Saldanha Derzi  
Heitor Dias  
Antônio Fernandes  
Emival Caiado

**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tóres  
Luiz Cavalcanti  
Waldemar Alcântara  
José Lindoso  
Filinto Müller

**MDB**

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.  
Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.



**5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	

**MDB**

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

**6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

**MDB**

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Catte Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Calado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

**MDB**

Amaral Peixoto Nelson Carneiro

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heltor Dias

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Heltor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Torres	José Esteves
Benedito Ferrelra	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

**MDB**

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

**TITULARES**

Carvalho Pinto  
Wilson Gonçalves  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Antônio Carlos  
Arnon de Mello  
Magalhães Pinto  
Saldanha Derzi  
Accioly Filho  
José Sarney  
Lourival Baptista  
João Calmon

**SUPLENTES****ARENA**

Milton Cabral  
Fausto Castello-Branco  
Augusto Franco  
José Lindoso  
Ruy Santos  
Cattete Pinheiro  
Jessé Freire  
Virgílio Távora

**MDB**

Franco Montoro  
Danton Jobim  
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

**TITULARES**

Fernando Corrêa  
Fausto Castello-Branco  
Cattete Pinheiro  
Lourival Baptista  
Ruy Santos  
Waldemar Alcântara

**SUPLENTES****ARENA**

Saldanha Derzi  
Wilson Campos  
Celso Ramos

**MDB**

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

**TITULARES**

Arnon de Mello  
Luiz Cavalcanti  
Leandro Maciel  
Milton Trindade  
Domício Gondim  
Orlando Zancaner

**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Guerra  
Antônio Fernandes  
José Guimard

**MDB**

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

**TITULARES**

Antônio Carlos  
José Lindoso  
Filinto Müller  
Emival Calado

**SUPLENTES****ARENA**

Cattete Pinheiro  
Wilson Gonçalves

**MDB**

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

**13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres  
Luiz Cavalcanti  
Virgílio Távora  
José Guimard  
Flávio Brito  
Vasconcelos Torres

Milton Trindade  
Alexandre Costa  
Orlando Zancaner

**MDB**

Benjamin Farah                      Amaral Peixoto

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terça-feira, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarsó Dutra

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Tarsó Dutra  
Augusto Franco  
Celso Ramos  
Osires Teixeira  
Heitor Dias  
Jessé Freire

Magalhães Pinto  
Gustavo Capanema  
Paulo Guerra

**MDB**

Amaral Peixoto                      Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quarta-feira, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel                      Dinarte Mariz  
Alexandre Costa                      Benedito Feireira  
Luiz Cavalcanti                      Virgílio Távora  
Milton Cabral  
Geraldo Mesquita  
José Esteves

**MDB**

Danton Jobim                      Benjamin Farah

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quarta-feira, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS****Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 43-6677 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).